



NÃO
aos
bombardeios
imperialistas no
Iraque e Síria



Europa e
a questão
nacional

Revista da UIT-QI

Unidade Internacional dos
Trabalhadores - Quarta Internacional

Sede Coordenação Internacional

Hipólito Yrigoyen 1115
Buenos Aires
Argentina

Telefones: 00 54 11 - 4383-7733
00 54 11 - 4383-4047

Internet
www.uit-ci.org

Diagramação
Isabel Sánchez

Tradução
Adriano Dias
Claudia Reis
Eduardo Rodrigues
Neide Solimões
Pablo Andrada
Silvia Santos

Contribuição:
Argentina: \$ 20
Brasil: R\$ 5
Outros países da
América Latina: US\$ 2
Estados Unidos: US\$ 5
Europa: € 5
Resto do mundo: US\$ 3

Os artigos assinados não expresam
necessariamente a posição
da direção da UIT-QI,
e sim a de seus autores.

Sumário

Oriente Médio

| | |
|-------------------------------------|----|
| Declaração da UIT-CI | 2 |
| Do nasserismo ao islamismo político | 7 |
| Israel se atola em Gaza | 13 |



Milícia kurda

Europa

| | |
|------------------------------------|----|
| O problema nacional | 19 |
| Escócia: ganhou o NÃO, mas | 23 |
| Trotsky e a independência nacional | 24 |



Turquia e a indignação operária 26

Argentina

Acabaram os
dias felizes
para o
kirchnerismo
29



Venezuela

Cresce o descontentamento social 35

México

Não acreditamos! Fora todos! 39

Estados Unidos

Rebelião contra o racismo 42

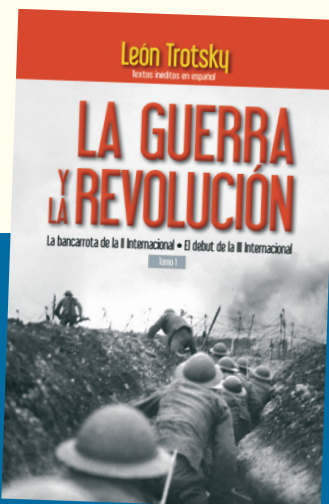


Debate :

O livro de Thomas Piketty 44

Noticiário:

Milhares em Hong Kong 47



**Os 100 anos do início da
Primera Guerra Mundial**

**Textos inéditos de
León Trotsky em espanhol**

**Publicação recente
Editado por Cehus, Argentina**



John Kerry (EUA)
e seus aliados
árabes lançaram
a agressão

Apresentação

A presente edição de Correspondência Internacional está dedicada, em grande parte, ao conflito de Oriente Médio. Estamos frente a uma nova agressão imperialista. Os Estados Unidos, com Obama à cabeça, Grã-Bretanha e França estão bombardeando o Iraque e Síria. Atuam mascarados numa “coalizão contra o ISIS” junto a países árabes. Na realidade usam ao ISIS e suas ações aberrantes, para tentar acabar com a revolução síria e a rebelião dos povos da região e do Norte de África contra os regimes opressores. O bombardeio imperialista se concentra sobre a Síria. A cada dia fica mais claro que o objetivo não é somente o ISIS, mas também outras frações que enfrentam o regime de Al Assad e são objeto dos bombardeios. Por isso teve marchas nas regiões liberadas da Síria com faixas que se perguntam: “Por que chegam agora os ataques norte americanos?” ou “Por que não são contra o regime?” Faz muito tempo o ditador sírio joga barris de explosivos contra a população. Já são mais de 200 mil mortos desde

o início da rebelião em 2011.

A população síria esteve sozinha desde o primeiro dia. Os Estados Unidos as potências europeias e os países árabes são cúmplices destes massacres de Al Assad e de ter criado as condições para ao crescimento do ISIS. Por isto esta edição começa com uma declaração de nossa corrente internacional chamando aos povos do mundo a dizer NÃO aos bombardeios imperialistas no Iraque e Síria, mas também a dizer NÃO ao ISIS e NÃO a Bashar Al Assad e ao regime títere de EUA no Iraque. Convocamos apoiar a resistência dos povos de Oriente Médio. Apoiamos o povo rebelde sírio, ao povo curdo e à heroica resistência do povo palestino contra o estado sionista de Israel.

Damos também um amplo espaço a outras lutas em curso em outras latitudes. A luta pela questão nacional na Europa, as greves operárias na Turquia e Argentina, o direito ao aborto livre e gratuito no Estado Espanhol e pelas liberdades democráticas em Hong Kong, China. ●

Contatos:

Argentina: Esquerda Socialista: opinaelector@izquierdasocialista.org.ar - Bolívia: b.bolivia.izquierda.socialista@gmail.com - Brasil: Corrente Socialista dos Trabalhadores: combatesocialista@gmail.com - Chile: mst_solidaridad@gmail.com - Colombia: Alternativa Socialista: alternativasocialistaituci@hotmail.com - Estado Espanhol: luchaint@telefonica.net - Estados Unidos: Núcleo Socialista: socialistcore@gmail.com - México: posmas1980@gmail.com - Panamá: Propuesta Socialista: propuestapanamait@hotmail.com - Perú: Unios en la lucha: unios_cc@hotmail.com - Turquia: iscicephesi@gmail.com - Venezuela: usi_venezuela@yahoo.com

Sites Recomendados : www.uit-ci.org / www.nahuelmoreno.org / www.izquierdasocialista.org.ar (Argentina) / www.cstpsol.com (Brasil) / www.unios.tk (Perú) / www.laclase.info (Venezuela) / www.socialistcore.org (EUA) / www.mst-solidaridad.cl - En Facebook: mst.solidaridad@gmail.com (Chile) / www.raetedemokratie.org (Alemanha) / www.luchainternacionalista.org (Estado Espanhol) / www.iscicephesi.net (Turquí) / www.movimientoalsocialismo.org (México)

Declaração da UIT-QI

Não aos bombardeios dos EUA no Iraque e na Síria!

São os povos que podem derrotar o ISIS e acabar com estes odiados regimes!



O governo dos EUA, já há algumas semanas, por ordem de Obama, começou a intervir militarmente no Iraque bombardeando zonas ocupadas pelo chamado Estado Islâmico (ISIS) com o argumento de “proteger os cidadãos norte-americanos” e realizar “ações humanitárias” em defesa da comunidade cristã e yazidi (comunidade étnico-religiosa curda) ameaçadas pelo ISIS. Agora Obama anuncia que avançará com possíveis bombardeios sobre a Síria, inclusive em acordo com o ditador Bashar Al Assad, com o mesmo argumento de luta “contra o terrorismo”.

Chamamos os povos do mundo a repudiar esta nova intervenção imperialista. Com a intervenção e o argumento da “luta contra o terrorismo”, o imperialismo quer resolver de

uma só vez dois problemas centrais que tem na região: o afundamento do regime de ocupação no Iraque com um enorme rechaço popular e a existência de uma revolução em curso na Síria. Para o imperialismo o problema não são as atrocidades do ISIS contra as minorias. Enquanto o ISIS foi e segue sendo um instrumento a serviço do regime de Bashar Al Assad para enfrentar pela retaguarda a revolução, Obama não somente não disse nada de seus métodos, como os alimentou através da Arábia Saudita e Turquia.

Os motivos decisivos dos bombardeios imperialistas nada tem a ver com a luta contra o terrorismo ou a defesa dos povos iraquianos ou sírios e suas minorias. A intervenção dos Estados Unidos se faz para preservar o afundamento do regime de ocupação

no Iraque e para reabilitar o regime assassino sírio. Por trás destes objetivos estão os interesses das multinacionais do petróleo e a estabilidade de Israel.

Ainda mais quando o povo palestino e sua heroica resistência conseguiram uma vitória parcial, depois de 50 dias de uma ação militar genocida do estado sionista de Israel, avalizada pelos EUA. Depois de um enorme sofrimento com mais de 2.140 palestinos mortos (incluindo 560 crianças), sendo 84% deles civis, se pactuou um cessar fogo permanente que inclui a abertura da passagem de Rafah, o que significa um atenuante importante do bloqueio. A passagem de Rafah (que une Gaza com o Egito) estará sobre o controle da Autoridade Nacional Palestina, que agora possui um governo unificado entre Al Fatah e Hamas.

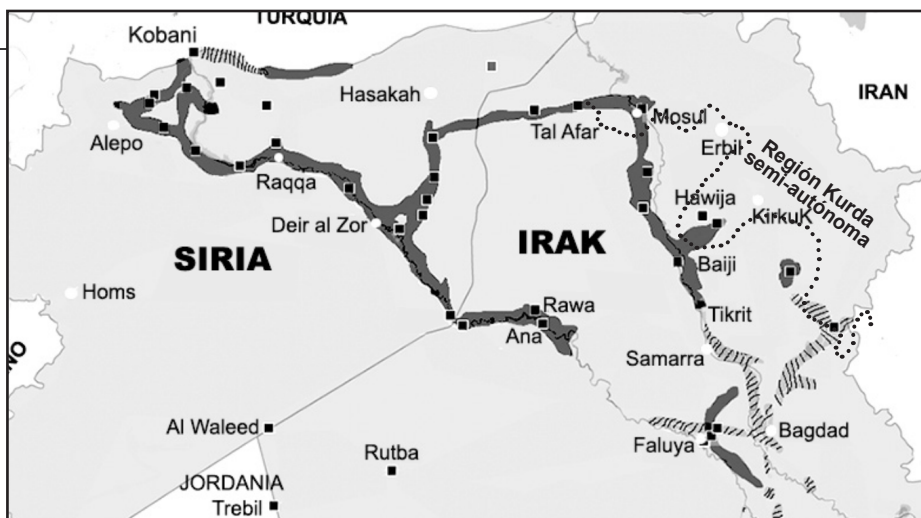
Também se aceita que os pescadores de Gaza pesquem até 6 milhas (no lugar de 3 milhas que era permitido até então). Ficou “em discussão” assuntos tais como o direito dos palestinos a ter um porto e um aeroporto, e a liberação de 100 presos palestinos. Até agora nada está assegurado, ainda mais com o papel cúmplice do regime egípcio de Al-Sisi atuando a serviço de Israel e EUA. A luta continua para assegurar que se cumpram esses pontos e para exigir o fim total do bloqueio na Faixa de Gaza.

Isto, certamente não é a paz, nem a liberação do povo palestino, nem o fim da prisão de Gaza, mas mostra que não podem quebrar a resistência. Por isso, o povo palestino festejou e o governo sionista entrou em crise com o questionamento do acordo por vários ministros.

Por isso, o dilema atual e central na Síria e no Iraque não é estar com o ISIS ou com os Estados Unidos e seus aliados. A questão é estar com a revolução síria e com o legítimo choque do povo iraquiano contra o governo corrupto e ilegítimo do Iraque. É estar contra a intervenção imperialista e seus bombardeios e com os povos do Iraque, Síria e Palestina.

O maior criminoso do mundo é o imperialismo

Obama, seus sócios da UE, do governo iraquiano e até o assassino Netanyahu, qualificam às repudiáveis ações do ISIS como o “maior perigo para a humanidade”. Seu cinismo não tem limites. Desta maneira querem tapar e justificar frente ao mundo seus próprios crimes. Dizem isso aqueles que há 70 anos atrás jogaram a bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, matando 200 mil pessoas em um dia, quando a guerra já havia terminado, os mesmos que no Vietnã mataram



■ Cidades e áreas controladas ou com a presença do ISIS – Zonas de Bombardeios

cerca de 2 milhões de pessoas; que avalizaram ditadores como Pinochet ou Videla, ou os que matam de fome os povos do mundo com seus ajustes do FMI. O papel do imperialismo em relação aos povos árabes e do Oriente Médio tem sido o de colonizar, o de dividir artificialmente as nações, de fomentar choques religiosos, de incentivar as guerras civis para roubar o petróleo e as riquezas naturais. Nesse plano colonizador instalaram o fictício estado sionista de Israel, sustentando-o militarmente e avaliando os reiterados bombardeios de Israel para assassinar em massa o povo da Faixa de Gaza.

A atual situação do Iraque, sua ruína política e social, sua divisão entre xiitas, sunitas e curdos, é a consequência desta política e da invasão encabeçada por Bush em 2003 que levou ao estado de desintegração atual. A invasão norte-americana de então, com o falso argumento “humanitário” de “derrubar” a ditadura de Saddam Hussein e o suposto projeto de armas de “destruição em massa”, teve como objetivo controlar a produção petrolífera e criar uma estabilidade de “cemitério” no Oriente Médio para sustentar Israel. A resistência do povo iraquiano e o repúdio dos povos fizeram com que, finalmente, as tropas norte-americanas se retirassem em 2011 sem conseguir todos seus objetivos. Deixaram um governo pro

iraquiano da burguesia xiita, avalizada pelo regime do Irã, repressor do povo sunita do Iraque. Desde então houve todo tipo de revoltas populares. A brutal detenção do líder sunita Ahmed al-Alwani, por exemplo, no final de dezembro de 2013, na qual faleceram dois de seus irmãos, provocou protestos em toda a região de Anbar, principalmente nas cidades de Ramadi e Faluya. O imperialismo violou sistematicamente o direito de autodeterminação dos povos, por isso, devemos repudiar essa nova intervenção militar no Iraque e na Síria. Nada de bom podemos esperar.

O ISIS deve ser derrotado pelos povos do Iraque e Síria

No Iraque, no marco do processo revolucionário no norte da África e Oriente Médio que abriu a revolução tunisiana em janeiro de 2011, se produzem protestos massivos contra o governo de Maliki, que são brutalmente reprimidos. A violência e o sectarismo do Governo de ocupação (apoiado também por Irã) é o alimento com o qual se desenvolve o ISIS. O que hoje o imperialismo quer apresentar como a ofensiva dos fanáticos do ISIS tem na realidade um triplo componente: o ISIS que tem crescido na Síria, os setores populares sunitas e os restos do partido Baath (de Saddam Hussein) que enfrentam o governo de

Bagdá. O imperialismo utiliza o ISIS, como faz Bashar Al-Assad, para ocultar a revolta popular e reduzir tudo à “luta anti terrorista”.

Na Síria, Bashar em três anos de guerra concentrou toda sua maquinaria bélica (incluindo barris de dinamite e armamento químico) contra o que realmente o preocupava: a revolução popular, enquanto permitia que o ISIS consolidasse suas posições como quinta coluna nas zonas liberadas. Os primeiros combatentes do ISIS saíram das cadeias que Bashar abriu no princípio da revolução para debilitá-la e durante três anos não disparou um só tiro contra o ISIS. Seguidamente o imperialismo (Estados Unidos e também a UE) se negou a armar os únicos que se enfrentavam militarmente com o ISIS: os rebeldes sírios. Em contrapartida, permitia que o regime seguisse armando-se até os dentes com o apoio do Irã e Rússia. Foi o bloqueio aos rebeldes sírios o que reforçou o ISIS militarmente e também politicamente. E agora, atacando-o, Irão fortalecê-lo mais ainda como suposto “anti-imperialista”.

Por isso, nosso repúdio aos bombardeios ianques no Iraque e na Síria, não significa que damos qualquer apoio político ou de qualquer tipo ao denominado Estado Islâmico (ISIS). Trata-se de uma

organização islâmica burguesa, com uma proposta contrarrevolucionária ditatorial teocrática, que pretende estabelecer um “Califado” na região. Suas milícias atuam aplicando métodos aberrantes, de limpeza étnica, a serviço deste programa reacionário. Afirmam-se que foram financiados pelo regime monárquico pró ianque sunita da Arábia Saudita. Ou seja, que de fato é uma criação direta de um forte aliado dos EUA. Possui o papel reacionário de intervir na revolução síria para garantir que, frente a uma queda de Bashar Al Assad, surgisse um regime ditatorial aliado à burguesia sunita petroleira da Arábia Saudita, inimiga de todo processo de mudança democrática. Na revolução Síria atua enfrentando os próprios rebeldes para ocupar territórios. Da Síria passou para as províncias do centro leste do Iraque, de grande presença sunita, tomando cidades importantes como Mosul e outras. Em todos esses territórios foram aplicadas atrocidades como execuções em massa de opositores e expulsão de minorias religiosas.

A luta imprescindível contra o ISIS deve apoiar-se no armamento das forças rebeldes na Síria (ESL e Curdos) e no apoio dos movimentos populares do Iraque. Contra a violência sectária, por uma luta contra o regime de ocupação iraquiana e

o assassino Bashar al Assad. Para conseguir uma saída independente e de verdadeira autodeterminação nacional dos povos, onde se respeite os direitos políticos, sindicais e religiosos de cada comunidade, que para nós deve tomar a forma de uma saída socialista e dos trabalhadores.

Pela Autodeterminação Nacional do povo Curdo no Iraque, Síria, Turquia e Irã

O povo Curdo iraquiano sofre também as consequências deste conflito tão complexo. O povo Curdo é o maior povo do mundo sem um estado. Existem cerca de 30 milhões de Curdos repartidos na Turquia, Iraque, Síria e Irã. Compartilham uma identidade, um idioma e uma cultura própria. Mas, sempre foi uma nação oprimida e dividida pelos diversos imperialismos (otomano, inglês, alemão e ianque) e pelas burguesias de cada um desses países do Oriente Médio e Turquia. Impedindo sempre a existência do Curdistão independente, um estado único curdo.

Nossa corrente internacional sempre defendeu a consigna histórica do direito de autodeterminação nacional do povo Curdo nos territórios da Turquia, Iraque, Síria e Irã. Países onde se persegue e reprime o povo curdo, em especial na Turquia. Calcula-se que existam na Turquia mais de 15 milhões de curdos; no Iraque uns 6 milhões; no Irã 4,5 milhões e na Síria 1,5 milhões. Algumas das direções políticas nacionalistas curdas buscaram pactuar com o imperialismo e seus respectivos governos algum status de autonomia parcial.

Um desses casos se deu no Iraque onde, após a queda de Saddam Hussein, o imperialismo norte-americano e seus aliados burgueses xiitas, apoiados pelo regime do Irã, cederam uma autonomia parcial aos



ISIS cumpre um papel contrarrevolucionário

Uma nova agressão imperialista

Obama e os Estados Unidos encampam uma nova agressão imperialista no Oriente Médio. Os bombardeios lançados sobre o Irak e a Síria têm duas faces. Por um lado ratifica o papel de gendarme do imperialismo, mas por outro lado manifesta a crise na qual estão envolvidos, um descontrole político e militar na região.

Obama assumiu o governo após os fracassos contundentes das invasões no Irak e no Afeganistão. Frente a rejeição popular, Obama prometeu que não se repetiriam novas intervenções. Em maio, num discurso na Academia militar de West Point, disse: “A guerra não pode ser a única solução”. Mas a crise de seus aliados no Irak e o descontrole da Síria obrigaram-no a intervir militarmente, com o risco de fracassar novamente. Obama já se defendeu dizendo que vai “se prolongar por muito tempo” e procura encobrir sua intervenção detrás de uma “coalizão” de países “contra o terrorismo”. A coalizão é integrada pelos países: Arabia Saudita, Bahrein, Emiratos Arabes Unidos, Kuwait, Qatar, Egito, Irak, Jordania, Líbano e EE.UU. Somaram-se França e Grã Bretanha, que efetivaram bombardeios no Irak.

Os fatos estão demonstrando que, sob o argumento de acabar com o ISIS, os bombardeios na Síria têm o objetivo central de acabar com a rebelião popular síria e de ajudar o ditador Bashar Al Assad. É evidente que os bombardeios imperialistas na Síria favorecem à manutenção do ditador e que estão pactuados com o regime sírio. No entanto, Obama disse que eles atuam sem “consultar nem informar” a Síria, o chanceler sírio e o próprio Bashar disseram o oposto. Bashar Al-Assad reagiu frente a um comunicado da agência oficial SANA. Sem mencionar especificamente os bombardeios, o presidente sírio declarou que apoiava “qualquer esforço internacional antiterrorista”. “Somente com um míssil Tomahawk,

o exército americano deixou em cinzas o quartel geral de Daesh (acrônimo do Estado Islâmico) em Raqqa, que nossa aviação se empenhava em destruir por vários dias”. Assim definiu o redator chefe de um jornal próximo ao poder (citado pelo Benjamin Barthe <http://alencontre.org/>). Por isso também os principais aliados de Bashar, Iran e Rússia, são muito cuidadosos em desmarcar-se dos bombardeios. O presidente iraní Hassan Rohaní se queixou dos ataques que foram lançados sem a autorização da ONU ou a permissão do governo de Assad, mas não os condenou diretamente. O ministro de Realções Exteriores russo fez comentários semelhantes.

Na primeira noite se lançaram mais bombas na Síria que todas aquelas lançadas em centenas de bombardeios no Irak desde agosto.

É impossível explicar que essa quantidade de bombas e mísseis lançados sobre localidades como Raqqa, Alepp, só atinja ao ISIS. É falso. Por isso, já se fala de que em um dia de bombardeio houve mais de 120 mortos e que “surpresivamente” atingiram outros grupos

“islâmicos terroristas”, não somente o ISIS. O Angeles Times citou um vídeo da provincia norte-ocidental do Idlib que mostra moradores procurando nos escombros de casas bombardeadas com a voz em off de um ativista anti-governamental, descrevendo “a destruição massiva de casas civis como resultado de ataques da aliança ocidental”. O artigo explica que um dos cinco mísseis estadunidenses na área tinha alcançado uma vizinhança

na aldeia de Kafar Daryan, matando até duas dúzias de civis, incluindo crianças. Já se sabe da existencia de potestos contra os bombardeios nas zonas rebeldes da Síria.

Nesta confusão de alianças aparece o papel nefasto do governo da Turquia, velho aliado dos Estados Unidos, que não se somou diretamente à “coalizão” para ter as mãos livres para deixar correr as ações contrarrevolucionárias do ISIS contra o povo kurdo sírio. Entanto a milícia kurda síria, - que na revolução ocupou diversas cidades e povoados próximos à fronteira turca-, resiste ao ISIS na cidade de Kobani, milhares de famílias kurdas sírias fugiram para Turquia. E foram recebidas por forte repressão dos militares e polícia turca. Os protestos populares conseguiram que a fronteira se abrisse parcialmente para os refugiados. Em



Nada fácil para Obama...

26/9 houve uma mobilização em Istanbul de mais de cinco mil pessoas convocada por sindicatos e pela esquerda em apoio à resistência kurda em Kobani, em solidariedade com os refugiados e em repúdio à repressão do governo turco. Este é o caminho a seguir, apoiar a resistência kurda e do povo sírio contra Al Assad, sem dar nenhum apoio à intervenção imperialista. Nada positivo podemos esperar desta ação criminal.

curdos no norte do Iraque, pelo apoio que deram à invasão imperialista às forças políticas burguesas curdas do PUK (União Patriótica do Curdistão) de Yalal Talabani e do KDP (Partido Democrático do Curdistão) de Masud Barzani. Hoje Barzani é o presidente do Curdistão iraquiano, que é uma região autônoma do Iraque. Desde 2006 Barzani tem apoiado e colaborado com o governo nacional iraquiano instalado pelos EUA, tendo uma milícia armada própria: os peshmergas. O Curdistão iraquiano abarca a região mais importante do petróleo. Por isso, nos últimos anos a região cresceu ao calor dos investimentos das multinacionais do petróleo. Motivo pelo qual Barzani vem sendo um bom sócio do imperialismo e, curiosamente, é um importante aliado do regime turco de Erdogán, inimigo do povo Curdo, a quem vende petróleo e realiza negócios.

A quase desintegração do exército iraquiano no centro leste do Iraque, ao passo do avanço das milícias do ISIS, levou a que as forças militares Curdas fossem as únicas forças terrestres, com capacidade para enfrentar o ISIS, junto ao exército iraquiano e apoiados, desde o dia 8 de agosto, pelos bombardeios dos EUA.

Os socialistas revolucionários apoiam o direito do povo Curdo em defender o Curdistão e sua limitada autonomia de qualquer ataque do ISIS. É também justo que as organizações armadas e populares curdas se defendam dos ataques do ISIS na Síria. E também o direito a fazerem o mesmo em seus refúgios do Curdistão iraquiano se forem atacados pelo ISIS. Mas, isso não justifica avalizar os bombardeios imperialistas. O povo Curdo, suas organizações populares e os povos do mundo devem repudiar os bombardeios imperialistas e fortalecer



A milícia kurda, os peshmergas, enfrentam o ISIS

se lutando de forma independente contra o ISIS e pela unidade e autodeterminação nacional do povo curdo no Iraque e em toda a região.

Repudiamos os bombardeios e qualquer forma de intervenção militar imperialista no Iraque e Síria

Chamamos os povos do mundo a repudiar as ações militares em curso no Iraque e na Síria. Com o argumento da luta “contra o terrorismo” e utilizando as aberrações do ISIS, que rechaçamos, os EUA e a UE, apoiados pela Rússia, Irã, Israel e, agora, com o visto de Bashar Al Assad, querem agredir aos povos do Oriente Médio. Com este pretexto, querem também afogar a rebelião do povo sírio. Ao ponto que o Ministro sírio de Relações Exteriores deu “as boas-vindas a qualquer um, incluindo o Reino Unido e os Estados Unidos com possíveis bombardeios” em seu país para “combater o ISIS”. Somente pede “coordenação” (ABC.Es 25/08). Ou seja, se usa a loucura do ISIS e seu califado para aplaudir que Obama bombardeie as posições dos rebeldes. Ou seja, o regime sírio tira a máscara de “anti-imperialista” que a esquerda reformista mundial, e em especial o chavismo, defendia, para mostrar seu verdadeiro rosto pró imperialista e genocida.

A responsabilidade da crise do

Iraque e do Oriente Médio se deve à histórica ação criminoso e genocida do imperialismo. Mas também há uma responsabilidade das diversas direções burguesas árabes e não árabes, que atuam contra seus povos aliando-se ao imperialismo e que foram, por exemplo, deixando sozinho o heroico povo palestino que segue dando lições de combatividade na Faixa de Gaza. Essa vacilação, tanto do velho nacionalismo burguês árabe como das forças burguesas islâmicas e seus regimes, foi dando lugar ao surgimento de forças ultra reacionárias como Al Qaeda, os salafistas e agora o ISIS. É necessário que a esquerda revolucionária do Norte da África e do Oriente Médio e os setores operários e populares se unam e lutem para construir uma nova direção socialista e revolucionária para os povos da região.

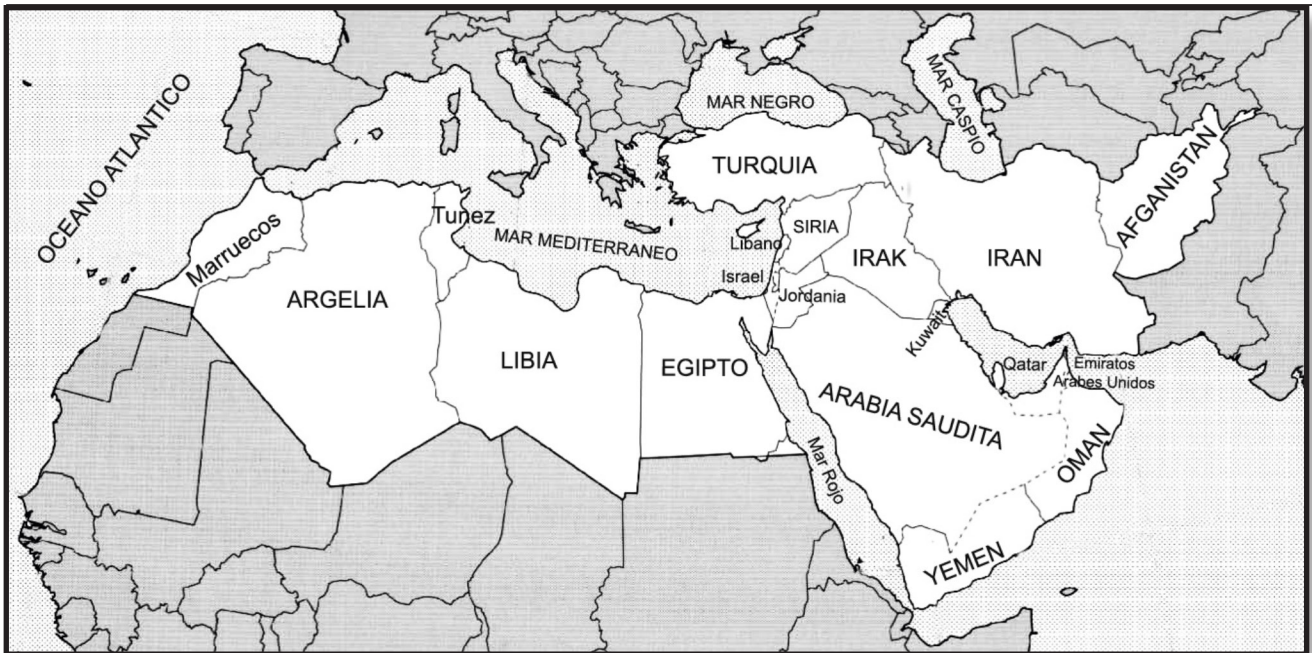
¡Não aos Bombardeios dos EUA no Iraque e na Síria!

Fora Rússia e Irã da Síria. Abaixo o regime de Bashar Al Assad!

Apoio aos movimentos populares contra o regime de ocupação no Iraque!

Armamento da revolução síria para derrotar o regime e o ISIS!

CEI da Unidade Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (UIT-QI)
29 de agosto de 2014.



Do nasserismo ao islamismo político

Por Miguel Sorans

A história do Oriente Médio e do Norte da África é a história de heroicas lutas, de choques entre revolução e contrarrevolução. Imensos processos contra o imperialismo e o sionismo. O conflito não encontra uma saída e se agrava. A causa de fundo desta falta de solução está na combinação do fracasso histórico das diversas direções burguesas árabes e islâmicas e o não surgimento de uma direção revolucionária.

Os povos árabes, islâmicos e do Oriente Médio lutam há 100 anos, resistindo aos diversos imperialismos. Batalhando para sobreviver, não serem saqueados, não terem suas culturas destruídas e nem seus direitos como povos e nações. Enfrentando Israel, um enclave imperialista. Com os atuais conflitos e guerras cresce a confusão frente às contradições de seus protagonistas. Cresce a divisão entre os povos do Oriente Médio com aparentes conflitos sectários e religiosos. Enquanto os regimes árabes e islâmicos atacam seus povos, nunca passou por suas cabeças unirem-se para apoiar o povo palestino e derrotar Israel. Somente o papel do imperialismo e a longa história de traições das distintas direções burguesas da região explica o surgimento de grupos ultra reacio-

nários como o ISIS.

O fracasso do nacionalismo burguês árabe

A instalação do estado de Israel em 1948, a resistência à presença inglesa e francesa no Norte da África e a tentativa de penetração dos norte-americanos no Oriente Médio, produziu uma onda revolucionária que desembocou no triunfo de diversos regimes nacionalistas burgueses na região.

A figura central desse período (1948-1967) foi Gamal Nasser, um coronel que representava a burguesia nacionalista do Egito, que chegou à presidência em 1952 dando um golpe militar que derrubou ao pró-britânico rei Faruk, liquidando a monarquia

e conseguindo a retirada das tropas britânicas, além de iniciar uma reforma agrária. Em sua etapa de ascenso nacionalizou o canal de Suez (1956) e ajudou à guerrilha da FLN - Frente de Libertação Nacional -, na Argélia, para que o povo argelino se tornasse independente da França (1962). Da mesma forma enfrentou a monarquia pró-ianque da Arábia Saudita no Iêmen do Norte, onde havia começado uma revolução antimonárquica. Com algumas diferenças, o nasserismo teve pontos de contato com o peronismo argentino ou o movimento encabeçado por Lázaro Cárdenas no México, com a diferença de que Nasser se converteu em um líder de toda a região. Lançou a doutrina que se chamou o “pan-arabismo”, que afirmava que todo o mundo árabe era uma só nação desmembrada pelo imperialismo.

Outros países seguiram o caminho do nasserismo e alcançaram sua independência. Partidos e líderes nacionalistas burgueses triunfaram na Síria (com quem o Egito se uniu por um breve tempo formando a República Árabe Unida), no Iraque e os que depois triunfaram na Argélia com Bem Bella, na Líbia com Kadaffi ou na Tunísia com Bourdiga, que em 1956 se tornou independente da França. Saddam Hussein, no Iraque, assim como o atual regime de Bashar Al Assad, surgiram destes movimentos nacionalistas que também tinham a característica de correntes políticas laicas (não religiosas).

Em 1967, Israel, avalizado pelos EUA, lançou um ataque demolidor contra o Egito, com a chamada “Guerra dos 6 dias”, que golpeou duramente Nasser, que faleceu três anos depois. Seu sucessor, Sadat, seguiu um curso abertamente capitulador ao imperialismo e abriu o país aos investimentos estrangeiros.

Em 1978, Sadat concretizou a grande traição assinando com Israel o



Nasser nacionalizou o canal de Suez em 1956

Acordo de Camp David. Chamou-se assim porque foi assinado na residência de campo do presidente dos EUA, que era então Carter. O acordo significou o reconhecimento diplomático do estado de Israel pelo Egito. Até então nenhum governo árabe o havia reconhecido. A capitulação foi de tal magnitude que a mesma Liga Árabe, com Arábia Saudita à frente, expulsou o Egito de suas fileiras. Sadat morreu em 1981 crivado de balas por disparos de oficiais islâmicos de seu exército. Mubarak foi seu sucessor.

Sadat e, em seguida, Mubarak, foram a expressão clara do fracasso do nacionalismo burguês árabe e sua transformação em agente do imperialismo, aplicando ajustes e reprimindo seus povos.

Este foi também o destino dos movimentos nacionalistas da Argélia, Tunísia, Líbia e Síria. Novamente o nacionalismo burguês mostrou seus limites e que não é saída para os povos na medida em que não rompe com o capitalismo. O sonho de Nasser de uma “unidade árabe” anti-imperialista e contra Israel fracassou, porque cada burguesia se dedicou a defender seus interesses como burguesias locais. Nunca quiseram a unidade de seus povos para enfrentar Israel e o imperialismo. Muitos destes regimes e líderes (Kadaffi, Mubarak,

Bem Ali), odiados por seus povos, terminaram sendo derrubados nas revoluções de 2011. Bashar al Assad é parte deste mesmo processo.

A revolução iraniana e o auge das corrente islâmicas

Frente ao fracasso das direções nacionalistas árabes, o triunfo da revolução iraniana em 1979 causou um grande impacto nas massas árabes e islâmicas da região. Diante do desprestígio das direções tradicionais da região, a República Islâmica do Irã apareceu como uma alternativa para a luta contra o imperialismo e Israel. Enquanto em 1979 Sadat assinava o reconhecimento de Israel, o regime que derrubou o Xá aparecia como radical, contra os EUA e Israel. A partir de então cresceria a influência dos movimentos islâmicos no Norte da África e Oriente Médio, como o Hezbollah no Líbano e o Hamas entre os palestinos, entre outros.

A nova República Islâmica, encabeçada pelo aiatolá Komeini, era fruto não somente do choque da burguesia comercial xiita de Bazar com o velho regime monárquico pró-ianque, como também das grandes mobilizações de massas que tiveram como protagonista destacada a classe trabalhadora iraniana. Surgiram ór-

gãos de duplo poder como os shoras que foram uma versão iraniana de conselhos operários unidos à juventude revolucionária iraniana.

A direção burguesa e reacionária, baseada no fundamentalismo religioso do regime dos aiatolás, manteve durante décadas certa independência política do imperialismo. Mas, ao mesmo tempo foi lançando uma ofensiva reacionária em seu país que foi liquidando o duplo poder dos shoras e eliminando a ala democrática e revolucionária do processo. Manteve uma dura repressão ao povo trabalhador, à esquerda, às mulheres, às minorias nacionais (curdos, árabes, etc.), cortando as liberdades. A isto se somou seu papel cada vez mais traidor contra os povos árabes. Como no caso de seu apoio ao regime invasor no Iraque (2003), avalizando os colaboradores iraquianos xiitas do invasor ianque. Desta forma ganhou o ódio de milhões de iraquianos sunitas e de outros povos da região. Enquanto os EUA o qualificavam como o “eixo do mal”, eles pactuavam se-

1979:
triunfa a
revolução
no Irã



cretamente com o imperialismo para dar a benção a repressores como o primeiro ministro, o xiita Maliki, que recém renunciou em 2014 em meio à derrocada do Iraque.

Isto explica que finalmente, no final de 2013, tornaram-se públicas as negociações e o acordo EUA-Irã. Um novo acordo contrarrevolucionário que serviu para aumentar o isolamento da revolução síria, já que o Irã é, com a Rússia, a ponta de lança de Bashar al Assad, a ponto de o pró-iraniano Hezbollah do Líbano passar a apoiar militarmente, com seus milicianos, o ditador sírio.

Tudo isto foi fazendo com que a direção burguesa islâmica xiita do Irã deixasse de ser um polo de atração para os povos e lutadores da região. Até amplos setores dos trabalhadores e a juventude iraniana foram se rebelando contra este regime, como ocorreu nas mobilizações massivas de 2008-09.

O ódio ao imperialismo e às suas agressões criminosas (apoio a Israel, Afeganistão, Iraque, Somália, etc) combinado com as reiteradas traições das direções burguesas árabes e islâmicas, o papel nefasto do stalinismo e a ausência de uma

Países artificiais

A situação do Oriente Médio e do Norte da África de guerras civis, de intervenções imperialistas, de miséria ou de destruição social e cultural somente se pode explicar pelo papel depredador dos povos dos diversos imperialismos e do capitalismo. O que se conhece como mundo árabe e islâmico foi dividido a gosto e capricho pelas diversas potências imperialistas ao largo da história para apropriar-se de suas riquezas, em especial do petróleo. “Divide e reinarás” foi a consigna.

No século XV, os turcos conquistaram parte da região e instauraram o Império Otomano. Já no século XIX os franceses invadiram a Argélia, Tunísia e Marrocos. Itália tomou a Líbia. Os ingleses o Egito e o Sudão. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) antes da queda do império encabeçado pelos turcos, aliados da Alemanha,

os imperialistas europeus e norteamericanos se dedicaram à divisão. Grã Bretanha e França assinaram o acordo secreto de Sykes-Picot, no qual os ingleses ficavam com o Iraque, Jordânia e Palestina; e a França com a Síria e o Líbano. Há que recordar que o famoso Lawrence da Arábia, era um oficial britânico que encabeçou uma rebelião árabe contra os turcos com o fim de favorecer a coroa inglesa. Em 1917 as tropas inglesas tomaram Bagdá e Jerusalém.

Os bandidos imperialistas traçaram fronteiras ditadas pelos seus interesses e criaram países, muitos artificiais, ou protetorados para controlar em especial o petróleo. Em especial a criação da Arábia Saudita, Kuwait, Qatar e os Emirados Árabes. Arábia Saudita recém se “funda” como país em 1932 pelo guerreiro Ibn Saud, apoiado pela Stan-

dart Oil da Califórnia, que derrotou aos hachemitas que controlavam a região desde os anos 1920 apoiados pelos ingleses. Desde então rege a unidade saudita, Standart Oil e Taxaco.

Em 1926 a França invadiu a Síria e dividiu seu território criando a “república independente” do Líbano pactuando com os burgueses da minoria cristã maronita, os drusos, xiitas e sunitas.

As fronteiras artificiais levaram a que muitos povos ficassem sem terras próprias e oprimidas em países diversos. Um caso claro é a palestina cujo território foi usurpado desde 1948, por Israel. Outro caso é o dos Curdos, a quem nunca deixaram constituir país. Somente as massas populares e os trabalhadores poderão encabeçar a luta pela unidade e independência dos povos do Norte da África e Oriente Médio.

esquerda revolucionária forte, tem sido o caldo de cultura para que fossem crescendo, desde os anos 90, as mais variadas frações islâmicas reacionárias, muitas delas de ação terrorista. Movimentos teocráticos e reacionários das mais variadas formas (desde os talibãs do Afeganistão até o atual ISIS, passando pelo Al Qaeda ou a Frente Al Nusra da Síria) que aplicam métodos aberrantes contra seus próprios povos, seus opositores e às mulheres, gerando maior divisão

e confusão nas massas do mundo em luta contra o imperialismo e contra os regimes reacionários da região e o sionismo.

As revoluções de 2011 e o problema da direção

As revoluções triunfantes do Norte da África e Oriente Médio abriram um novo período revolucionário na região. Iniciaram-se na Tunísia (janeiro) e se alastraram como

um pavio de pólvora ao Egito, Líbia e logo à Síria. Ecoaram no Iêmen e no Bairein, mas, terminaram por não se concretizar. Foram triunfos de revoluções democráticas contra velhos regimes ditatoriais que aplicavam os planos das multinacionais e do FMI. Foi o que popularmente se conheceu como a “primavera árabe”. As mobilizações revolucionárias das massas derrubaram as velhas ditaduras dos ex-movimentos nacionalistas burgueses e de líderes como Kadaffi, que com o tempo passaram a ser agentes do imperialismo, fechando este ciclo. Mas, também colocou em evidência que, tampouco o islamismo político, que crescera com a revolução iraniana, foi uma alternativa. Pelo contrário, esses setores islâmicos burgueses não apoiaram o início das revoluções árabes. Por exemplo, a Irmandade Mulçumana (IM), no Egito, não a apoiava. Passaram a apoiá-la ao ver que suas bases se somavam à Praça Tahir e era inevitável a queda de Mubarak. O mesmo ocorreu com os islâmicos tunisianos. O Irã nunca expressou seu apoio e, de fato, se opôs, já que temia que essa revolução chegasse às suas fronteiras. Até o Hamas chegou a reprimir as marchas de apoio do povo palestino à revolução do povo egípcio.

Tratou-se de uma revolução que surgiu pela base, dos trabalhadores, da juventude e dos setores populares. Teve um alto grau de espontaneidade. Se fez contra os regimes e todas as velhas direções burguesas laicas ou religiosas.

Por falta de uma direção socialista revolucionária não tiveram continuidade até uma revolução socialista. Trataram-se de revoluções inacabadas. Essa ausência de direção também permitiu que grupos políticos das burguesias islâmicas (a IM no Egito e o Ennahda na Tunísia) se apossassem do poder, dirigindo as revoluções para congelá-las ou desvia-las.

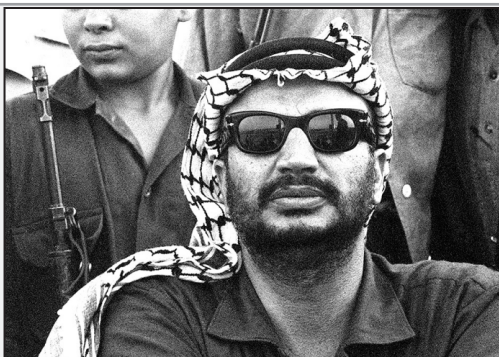
Arafat e a OLP

Como parte do processo de luta contra o imperialismo e Israel surgiu a OLP em 1964. Mas se tratou de uma direção política que foi capitulando e aprofundando a crise de direção dos palestinos e do Oriente Médio.

Sobre a direção de Arafat, nos anos 1970, a OLP se converteu na organização nacional, laica e não racista de um povo desterrado como o palestino. Surgiu como um movimento de combatentes de massas que lutava desde os acampamentos onde estavam refugiados, na Jordânia e logo no Líbano. Os combatentes da OLP se converteram não somente na direção dos palestinos senão das massas destes países.

Pela sua grande influencia tiveram a oportunidade no anos 70, em meio a uma onda de lutas, à frente destes povos, de tomar o poder, substituindo aos governos pro imperialistas do rei Hussein da Jordânia e do Líbano.

Mas a direção de Arafat se opôs a isto, para não romper com as burguesias árabes, que subvencionavam a OLP. O que levou a duras derrotas e a serem expulsos da Jordânia e do Líbano por tropas dos governos árabes apoiados por Israel. Nestes marcos cresceram os métodos terroristas urbanos, com ações equivocadas e desesperadas, que não



Arafat não rompeu com as burguesias árabes ajudaram em nada a causa palestina e foram usadas pelo sionismo.

Arafat e a direção da OLP terminaram abandonando a consigna histórica de um Estado Palestino laico, democrático e não racista e pelo fim do Estado de Israel. Finalmente, em setembro de 1993, a OLP assinou o Acordo de Oslo com o primeiro ministro israelense Rabin e os EUA, de reconhecimento de Israel e de autonomia parcial palestina em Gaza e Cisjordânia.

Todo este giro foi debilitando e fazendo entrar em crise a OLP. O que levou, no calor da Intifada de 1987, ao surgimento de um movimento opositor palestino como o Hamas, uma corrente islâmica, que lhe arrebatou parte de sua base, controlando Gaza. Hamas nasceu opondo-se a os acordos de Oslo e reivindicando o fim do Estado de Israel. Ainda que nos últimos anos tenha sido relativizada esta reivindicação. De forma equivocada o Hamas reivindica a instalação de um estado teocrático e religioso islâmico.



2011. A revolução na Praça Tahir no Egito

Há quase quatro anos, com todas suas desigualdades, estes processos se debatem entre a continuidade da revolução ou a contrarrevolução. Novamente, como ao largo de toda a história dos povos árabes e do Oriente Médio, o grande problema é o da direção. Neste caso, a ausência de uma direção socialista revolucionária que enfrente e derrote a contrarrevolução.

Existe uma contraofensiva contrarrevolucionária em curso. Iniciada pela ditadura de Bashar al Assad com sua tentativa de genocídio em massa.

No entanto, depois de três anos de guerra civil e de massacres, o regime não conseguiu terminar com a revolução síria. Somou-se o Egito com o golpe militar de 2013, que aproveitou o ódio das massas contra o governo de Mursi da IM, para instalar um governo civil-militar repressor e aliado dos EUA e Israel.

Nesta contraofensiva se unem os mais diversos protagonistas que temem as massas e as novas revoluções. O imperialismo ianque, a UE, Israel, Arábia Saudita, Qatar, Turquia e Egito, com seus diversos interesses em jogo. Rússia, Irã e Venezuela

apoiando a ditadura síria. Obama pactuando com o Irã e avalizando o governo cível-militar do general Sissi no Egito, que reprime o seu povo e boicota a resistência palestina. Irã que avaliza os bombardeios no Iraque porque quer terminar com as rebeliões e evitar que chegue uma “primavera” em seu país. Pela mesma razão, mas aparentemente por outro caminho, Arábia Saudita e Qatar com suas monarquias sunitas deixam correr a oposição síria para aparentar imparcialidade no conflito.

Apesar desta contraofensiva imperialista e de seus aliados, e dos golpes que já produziram, ainda assim o processo revolucionário não tem sido derrotado. Os povos e os trabalhadores seguem lutando. Na Síria seguem combatendo a Bashar; no Egito, em que pese o golpe militar, tem ocorrido novas greves e mobilizações e na Tunísia, que foi o berço da revolução, o movimento operário tunisiano segue intacto e os setores mais reacionários não conseguiram gerar um só golpe como o do Egito nem um caos como na Líbia.

Na Tunísia a esquerda tunisiana e setores sindicais independentes possuem muito peso. A UGTT segue sendo uma central operária, com uma direção majoritariamente reformista, mas que permanece uma organização de referencia. No Egito, o Movimento 6 de Abril, protagonista destacado da queda de Mubarak, não apoia a ditadura do general Sissi, e é perseguido por ele, existem setores de esquerda trotskista e sindicatos independentes. O setor dos heroicos rebeldes da Síria que não estão com o reacionário ISIS e os combatem e, junto a eles, existem milhares de lutadores que são a base para seguir dando a batalha estratégica de construir uma direção revolucionária que possa encabeçar a combatividade histórica dos povos árabes e do Oriente Médio. □

O papel da ex-URSS

Em todo este processo a política da burocracia do Partido Comunista da ex URSS jogou um papel contrarrevolucionário. Em 1948 votou a favor da criação do estado de Israel. Depois seu apoio econômico e militar ao nascerismo, assim como aos regimes da Líbia, Síria ou Iraque, foi na realidade um respaldo a seus governos burgueses enquanto estes deixavam as massas de mãos atadas com suas ditaduras. Neste marco a política do stalinismo levou a que os Partidos Comunistas locais fizessem seguidismo às direções burguesas, nacionalistas e religiosas.

Em 1979, quando se produziu a revolução iraniana, o governo da URSS não somente se opôs como que buscou contrabalançar invadindo o Afeganistão para tratar de conter a rebelião mulçumana que ameaçava entrar em suas republicas do sul. O que gerou uma resistência afegã enca-

beçada por uma guerrilha islâmica, os “mujaidines”, financiada pela CIA. Uma mescla de fanáticos religiosos e de anticomunistas. Em 1989 conseguiram expulsar o exército soviético. Deste processo surgiram os talibãs. Agora se dá o paradoxo de que esse engendro reacionário, que abrigou Al Qaeda e que em seu momento foi incentivado pelos EUA, terminou sendo uma força popular que combate os “marines” invasores.

Os atuais continuadores da burocracia soviética, a direção do PC de Cuba e do PSUV da Venezuela, não deram apoio às revoluções de 2011 e defenderam como “anti-imperialistas” a ditadores como Kadaffi ou Bashar Al Assad. Enquanto o chefe do regime capitalista russo, o ex-membro da KGB, Vladimir Putin sustenta econômica e militarmente o genocida Bashar al Assad.

Arábia Saudita e as monarquias petroleiras

Arábia Saudita conta com uma população de mais de 29 milhões de habitantes. É o primeiro produtor de petróleo do mundo. Tem um regime ultrarreacionário, agente dos EUA e sócio das multinacionais. Trata-se de uma monarquia com poderes absolutos que aplica a Sharia, a lei islâmica, onde, por exemplo, as mulheres têm seu direito ao trabalho restringido, não podem sair sozinhas de suas casas, não podem conduzir veículos, só passaram a poder votar a partir de 2011 e se reprime toda forma de oposição política.

Qatar é outra monarquia absoluta. Foi um minúsculo protetorado britânico até que pactuou sua independência em 1971. Possui uma população de aproximadamente 2 milhões, mas somente 250.000 destes são qataris, a maior parte de seus habitantes são estrangeiros que trabalham e vivem ali explorados com salários de miséria. São em grande parte operários da construção civil que fazem os estádios para a Copa do Mundo de 2022. Qatar possui a terceira maior reserva mundial de gás natural. Seus xeiques são uma oligarquia ultra milionária que investem em construção de estádios com ar condicionado porque

as temperaturas chegam a 50° C. E investem, por exemplo, milhões de euros, associando-se a clubes como Barcelona e Paris Saint Germain, entre outros.

Os Emirados Árabes Unidos são compostos por sete emirados: Dubai, Abu Dhabi, entre eles. Foi um protetorado do Reino Unido até 1971. Possui 8.200.000 habitantes. Além de dar-se ao luxo de contratar Maradona, também, por exemplo, compraram o Manchester City, adquirido em 2008 por Mansour Bin Zayed Al-Nahyan, integrante da família real de Abu Dhabi.

Tem-se a certeza que tanto os xeiques da Arábia Saudita como os do reino de Qatar teriam facilitado o financiamento do ISIS. Como é que agora estes mesmos xeiques integram a “coalizão” para combater o ISIS junto aos EUA? Como explicar esta aparente contradição?

Não é nada novo que estas monarquias ultrarreacionárias, em especial a Arábia Saudita, usem seus milionários recursos para financiar diversos grupos ideológicos e usá-los para seus fins, que é sustentar seus clãs familiares burgueses



no poder. Mas, nunca mudaram sua essência de estar a serviço do imperialismo e da contrarrevolução.

Os sauditas financiaram em dado momento à OLP de Arafat. Por isso apoiavam os palestinos? Não. Por essa via buscavam controlar a sua direção, condicioná-la e, por sua vez, ficar bem com seu povo que odeia Israel. Nos anos 1980 financiaram o Iraque na guerra contra o Irã, que é outra burguesia petroleira rival e, logo depois, apoiaram a invasão ianque ao Iraque. Financiaram, junto à CIA, a guerrilha islâmica afegã em uma cruzada anticomunista, da qual fez parte Bin Laden, filho de uma das mais ricas famílias sauditas. Agora o fazem com os rebeldes sírios, em especial com o ISIS. Por esta via colocaram uma cunha contrarrevolucionária para dividir e condicionar os rebeldes. Para isto, os sauditas e o Qatar investiram no ISIS.

Sunitas e Xiitas

Os dois ramos principais do Islã são os sunitas e os xiitas. Diz-se que a divisão se originou depois da morte de Maomé, no ano de 632, a partir das disputas sobre a sucessão. Hoje em dia os sunitas, que se consideram a ala “ortodoxa”, constituem cerca de 85% dos muçulmanos. Calcula-se que são quase 1500 milhões no mundo.

Existiu sempre, como em outras religiões, uma disputa de caráter religioso, neste caso sobre a interpretação do Corão. Há quem atribua uma origem religiosa aos conflitos armados atuais como as anteriores guerras ou confrontações nacionais. Na realidade, nem o atual conflito no Iraque e na Síria nem as anteriores guerras possuíam origem religiosa. Trata-se de uma disputa política entre distintos setores burgueses do Oriente Médio por seu poder de influência e o controle do petróleo, do gás e das riquezas naturais para negociar em

melhores condições com o imperialismo e as multinacionais. O imperialismo sempre tem usado essas rivalidades e Israel para tratar de exercer seu domínio.

A monarquia da Arábia Saudita tem se mostrado sempre como a cabeça da burguesia sunita da região. A comunidade muçulmana xiita, ainda que minoritária, possui, desde 1979, o peso por governar o Irã, um país com cerca de 80 milhões de habitantes e de grandes reservas de hidrocarbonetos (quarta reserva de petróleo e primeira de gás a nível mundial).

Desde sempre, ambas, potências petroleiras regionais, se confrontaram pelo petróleo e seus mercados ao calor da influência do imperialismo. Os choques e as disputas cresceram a partir da revolução iraniana. A República Islâmica do Irã, dominada pelo regime teocrático da burguesia xiita, surgiu como um regime burguês com fortes atritos com o im-

perialismo norte-americano. Pretendeu se desenvolver como uma burguesia relativamente independente tratando de impor sua influência em outros países como Iraque ou o Líbano. Arábia Saudita e seu regime ditatorial temeu que uma onda islâmica xiita causasse uma rebelião dentro de suas fronteiras. Por isso, se aliou aos ianques nos anos 1980 para tratar de derrotar o regime iraniano e financiou, por exemplo, o Iraque, quando este lançou uma guerra falida contra o Irã. Por isso agora, financiou, em parte, o ISIS na Síria, para debilitar Bashar Al Assad, um aliado do Irã.

Ainda que tenham essas disputas, agora Irã e Arábia Saudita atuam para tratar de derrotar a onda revolucionária da “primavera árabe”. O que não querem, nem os aiatolás nem os xeiques, é que haja uma “primavera”, uma rebelião popular dentro de suas fronteiras, que leve a questionar seu poder.



O estado genocida não conseguiu esmagar a resistência palestina

Israel se atola em Gaza

Layla Nassar. Lucha Internacionalista.

O último ataque israelense sobre a faixa de Gaza deixou, depois de 51 dias de bombardeios, mais de 2.100 palestinos mortos (mais de meio milhão eram crianças) ao que se somam aos 10.300 feridos. A faixa ficou arrasada: 30.000 casas destruídas parcialmente, hospitais, mesquitas, escolas, fábricas e oficinas reduzidas a escombros. Mas mesmo empregando a fundo sua enorme maquinaria de guerra, o Estado sionista, não conseguiu esmagar a resistência palestina. Depois de lançar sobre este pequeno território costeiro, que apenas supera a metade da superfície da cidade de Madrid, 20.000 toneladas de explosivos, o governo de Benjamin Netanyahu não alcançou nenhum dos objetivos políticos e militares que havia declarado.

A ofensiva (o último episódio de barbárie sionista na faixa, após os ataques de 2006, 2008-2009 e 2012) se desencadeou no dia 13 de junho, depois que acharam os corpos dos três adolescentes colonos sequestrados na Cisjordânia, uma ação que o governo israelense atribuiu ao Hamas, ainda que o movimento de resistência islâmico o negue. O Exército israelense reconheceu que sabia que os jovens estavam mortos desde o primeiro dia, mas durante semanas utilizou o caso como pretexto para uma operação policial de grande escala em que deteve milhares de palestinos incluindo os líderes do Hamas na Cisjordânia e o presidente do Parlamento. Somente em Jerusalém leste houve 770 detenções, a pior onda de repressão desde a II Intifada. A Autoridade Palestina presidida por Mahmud Abas, que em maio havia acordado um governo de unidade com o Hamas se colocou a serviço de Israel e reprimiu os protestos. Netanyahu utilizou o assassinato dos jovens como pretexto para desencadear o ataque a Gaza.

O objetivo era neutralizar a resistência armada. Mas, no lugar de sucumbir à força militar e provocar com o assassinato deliberado de civis uma reação popular contra os combatentes, a invasão terrestre teve um saldo de 64 soldados israelenses mortos. As tropas se retiraram e seguiram os bombardeios sistemáticos e indiscriminados sobre os 1,8 milhões de palestinos que vivem na faixa.

Netanyahu constatou que liquidar a resistência suporia um custo que os israelenses não assumiriam: não houve grandes protestos em Tel Aviv, mas sim o medo aos foguetes palestinos e desconfiança em um exército que já não parecia todo poderoso.

Como resumiu Amir Oren, editor do periódico israelense Haaretz, “Netanyahu e seus colegas colocaram Israel em um conflito entre o exército mais forte da região e uma organização de 10.000 combatentes que não é uma simples derrota, é uma ruína”.

A imagem internacional de Israel sofreu novamente uma dura crítica, com mobilizações massivas em solidariedade a Palestina em todo o mundo e o simbólico manifesto de 327 sobreviventes do Holocausto e seus filhos contra o ataque sionista. Também se foi a imagem de potência militar todo poderosa. Além de desconfiar da capacidade de seu exército, o sionismo não conseguiu evitar as críticas em seu seio: 43 reservistas e veteranos da Unidade 8.200, uma das mais importantes no trabalho de espionagem, denunciaram em uma carta pública que eles eram obrigados a obter dados pessoais de centenas de milhares de palestinos para utilizá-los como chantagem e no recrutamento de colaboracionistas. Os soldados denunciavam também as colônias, o muro da Cisjordânia e o castigo coletivo à população de

Gaza e negavam-se a servir nos territórios ocupados palestinos.

A reação do governo foi furibunda

A esmagadora superioridade militar israelense, com todo o seu desenvolvimento tecnológico que utiliza Gaza como seu campo de experimento, não lhe deu a vitória nesta guerra desigual. Como em todas as lutas anticoloniais, os ocupados têm menos o que perder que os ocupantes e sua resistência é maior.

O povo de Gaza estava disposto a pagar um alto preço para acabar com o bloqueio que lhes asfixia há 7 anos. Diferentemente da ofensiva israelense de 2009, ocorreram grandes mobilizações na Cisjordânia para denunciar a agressão.

Netanyahu acabou assinando um



A Faixa de Gaza tem só 40 Km de comprimento com 1.800.000 habitantes. É uma enorme prisão a céu aberto.

Os acordos de Oslo e a Autoridade Palestina

O fracasso da utopia reacionária dos “dois estados”

En 1993 Yasser Arafat, al frente de la Organización por la Liberación de Palestina (OLP), firmó los acuerdos de Oslo con el entonces primer ministro israelí, Isaac Rabin. La dirección palestina abandonaba la lucha armada y reconocía al estado de Israel, abandonando la posición histórica de la lucha por una palestina laica, democrática y no racista en todo su territorio histórico. A cambio, Israel prometía crear un estado palestino en el plazo de 5 años, al lado de Israel. Ya entonces denunciarnos que la paz con Israel no era posible y que Oslo no era más que una trampa para dividir y aislar al pueblo palestino.

Y ¿dónde estamos 21 años más tarde? Israel ha profundizado la ocupación de Cisjordania, con más de 400.000 colonos, cuyo peso político en las instituciones también es cada vez mayor y la construcción del muro, que anexiona un 20% del territorio a Israel. Además ha tomado recursos básicos como el agua y somete a los palestinos a todo tipo de controles militares, restricciones de movimiento y toques de queda y represión. Hay más de 5.000 presos palestinos en cárceles israelíes (*los datos de las operaciones

de este verano aún no están disponibles). Gaza está bajo un bloqueo criminal y totalmente aislada de Cisjordania, e Israel sólo retiró de allí a los colonos para poder bombardearla cada tres años como hace ahora.

Los cinco millones de refugiados palestinos no pueden regresar. Sólo se ha cumplido uno de los puntos del acuerdo: la creación de una policía palestina, bajo una “autoridad”, financiada por Estados Unidos y la Unión Europea con asesoramiento israelí, para imponer la represión interna. La policía palestina nunca se ha enfrentado a las fuerzas de seguridad israelíes: sólo reprime y encarcela palestinos que protestan por los efectos de la ocupación. La Autoridad Palestina es un aparato antidemocrático, clientelar y corrupto que además genera una enorme confusión, porque da la apariencia de un conflicto entre dos estados, cuando de lo que se trata es de la lucha de un pueblo contra un estado ocupante. Y, con esta “autoridad”, Israel se libra de todas las obligaciones que debería asumir para el mantenimiento del ocupado.

La paz con Israel no es posible: es una

utopia reaccionaria. Porque no se puede convivir con un estado racista y expansionista en su propia definición, que sólo se sustenta en base a la unidad frente a un enemigo interno y donde el aparato militar es la base de la economía y las instituciones. Israel necesita la “guerra” para sobrevivir, y sin ella no tiene ningún sentido. Esta máquina de guerra nunca aceptará ni establecer sus propias fronteras ni reconocerá un estado palestino a su lado. La única salida es la que proponía la resistencia palestina desde su fundación: un estado palestino en todo su territorio histórico, donde, en un marco democrático, donde los hijos de la diáspora puedan volver y los judíos y otras minorías que deseen ser parte de este proyecto sean respetados. Es muy difícil porque Israel es un proyecto estratégico del imperialismo en una región clave del planeta, pero tratar de vivir en “paz” a su lado, es una utopia reaccionaria. Los pueblos del mundo deben contribuir a esta lucha apoyando la resistencia palestina, reclamando a sus gobiernos la ruptura de relaciones y apoyando toda forma de boicot a Israel

L. N.

cessar fogo permanente no dia 26 de agosto, sem consultar a seus sócios da ultradireita, que denunciaram o acordo. Israel se comprometeu a abrir a passagem fronteiriça e permitir a entrada de materiais para a reconstrução, ampliar a zona autorizada para a pesca e levantar a barreira que proíbe a entrada de camponeses de Gaza. Depois de um mês de cessar fogo se discutirá a desmilitarização de Gaza, que demanda Israel, e a construção do porto e aeroporto, que pede a delegação palestina. Mas, apesar de que o Hamas considerou o acordo como uma grande vitória, há também lados obscuros para os palestinos. A passagem de Rafah, na fronteira com o Egito, fica nas mãos da Autoridade Palestina, quer dizer sob o controle dos aliados mais fieis de Israel: o Egito do marechal Al-Sisi e Abu Mazen. Além disso, Israel tem violado quase todos os acordos, desde o pacto de Oslo em 2012 depois da última ofensiva em Gaza, quando também se comprometeu a aliviar parcialmente o bloqueio.

Segundo nos contam companheiros sindicalistas de Gaza, a situação dos trabalhadores é desesperadora: não há sinais reais de abertura de Rafah e a destruição da mísera área fabril duplicou a paralisação, que já passava de 40% antes da ofensiva.

Poucos dias se passaram para Netanyahu recordar que seu objetivo a longo prazo não é reconquistar Gaza, que Ariel Sharon “desconectou” em 2005, senão manter os moradores de Gaza dentro da maior prisão do mundo e continuar a colonização da Cisjordânia para prender os palestinos em bantustões (territórios reservados à população negra) à imagem da África do Sul durante a Apartheid.

No início de setembro anunciou a anexação de outros 400 hectares na Cisjordânia para construir novas colônias, o que ocasionou uma nova



Apesar de todos os golpes recebidos, o povo de Gaza saiu para festejar a retirada do Israel.

onda de protestos.

Segundo publicou em julho o The Washington Post citando fontes da Casa Branca, Al-Sisi pactuou com Israel para liquidar o Hamas (como fez com a Irmandade Muçumana no Egito) em troca do apoio de Netanyahu para que Obama mantivesse na íntegra a ajuda militar ao Egito depois do golpe. Agora alguns de seus ministros chamam abertamente a bombardear Gaza para liquidar ao Hamas e o Egito dizia sem vergonha que negociaria em nome de Israel frente à delegação palestina. Diferentemente da última ofensiva de 2012, quando governo da Irmandade Muçumana se viu forçado pela pressão popular a enviar o primeiro ministro a Gaza em pleno ataque israelense, agora o Egito da contrarrevolução, com centenas de ativistas revolucionários em suas prisões, colabora com o estrangulamento do povo palestino.

Até o começo da última agressão sionista o Hamas se enfrentava também com o mal estar da população palestina com a sua gestão no governo de Gaza. Por isso, aceitou o governo de unidade palestina. A unidade foi celebrada como um grande avanço pelas massas palestinas, mas, logo se constatou que ela não servia para romper a linha colaboracionista da Autoridade Palestina e sim para escorar no poder o cadáver político

de Abbas, que aparece frente seu povo como o chefe de um aparato repressivo a serviço de Israel. Como aponta o ativista israelense contra a ocupação Sergio Yahni: “a única autoridade que o presidente palestino mantém é ter sido parte dos mediadores no Cairo. Não é de se esperar que a população palestina esteja disposta a trocar o que conseguiu com tanto sacrifício no campo de batalha por um prato de lentilhas”. A pergunta é o que fará o Hamas com sua vitória: reforçará sua resistência ou se somará a ordem criminosa de Oslo? e Abbas irá contrapor-se aumentando sua submissão a Israel e aos Estados Unidos? Por enquanto, já se negou a assinar o estatuto de Roma para poder denunciar os crimes israelenses frente a Corte Penal Internacional. A autêntica unidade e a única que pode ser útil ao povo palestino é outra: a mobilização em Gaza e na Cisjordânia contra o genocídio israelense.

Pelo fim total e incondicional do bloqueio de Gaza

Em defesa do direito à resistência do povo palestino

Não há paz possível com Israel: a política dos dois estados é uma farsa.

Por uma Palestina única, laica e não racista sobre todo seu território histórico. □

Fayes Elemare. União Independente de Comitês Operários de Gaza (UICOP)

“A guerra parou, mas o bloqueio segue”

Fayes Elemare é dirigente da UICOP, sindicato nascido no calor da segunda intifada que reivindica a independência de classe em relação ao Hamas e Al-Fatah. Têm sofrido junto aos seus nove filhos e sua mulher os bombardeios em Gaza que durante a ofensiva teve que abandonar. Falou por telefone desde Gaza em um ato do Lucha Internacionalista em Barcelona. Transcrevemos a conversa.

Qual é a situação dos trabalhadores em Gaza depois da ofensiva israelense?

Há mais de dois mil mortos e milhares de feridos. Mais de 15.000 casas destruídas e as poucas fábricas e oficinas que haviam em Gaza foram arrasadas. Também bombardearam os barcos dos pescadores. Os ataques israelenses tinham como objetivo a população civil e a precária economia. É uma política de terra arrasada. Agora as pessoas não sabem o que fazer, nem para aonde ir. É como se, depois da guerra, todos estivéssemos em um estado de choque. Para muitos a vida já não tem sentido, porque perderam tudo. Há que começar do zero. Mas sabemos que os temos do nosso lado e isto nos fortalece.

O acordo de cessar fogo está sendo cumprido?

Não. Não abriram as fronteiras, nem está entrando material para a reconstrução. Tampouco se respei-

ta o acordo de ampliar a zona de pesca a 6 milhas: já morreram seis pescadores por disparos da marinha israelense. Gaza está pior do que nunca. Quando nos bombardeavam ocorriam manifestações em todo o mundo, pelo qual estamos infinitamente agradecidos. Mas agora há um silêncio sobre Gaza e nem sequer obrigam Israel a cumprir o que prometeu. A guerra parou e é muito pior do que antes. Já não podemos seguir assim. O povo não tem absolutamente nada!

O Hamas se fortaleceu?

A maioria dos trabalhadores se dirigem à resistência porque é o único que podem fazer. É a única forma de ter algum apoio. Além disso, o Hamas ganhou as eleições democraticamente em 2006. Podemos ter muitas diferenças ideológicas com eles, mas denunciemos os que não respeitam aquele resultado. É agora o êxito não é do Hamas, senão da resistência: o povo se surpreendeu com sua capacidade para enfrentar a ofensiva israelense.

O que significa para Israel esta ofensiva?

Israel nunca foi forte: não é nada sem os Estados Unidos. Se fosse tão forte não teriam que assassinar a civis. É um estado ocupante e nenhuma ocupação dura para sempre. A ofensiva em Gaza foi para eles um fracasso.

Agora começa a reconstrução?+

Há que reconstruir todo este desastre, mas o que ocorre na Palestina



Fayes Elemare

não é uma questão de ajuda humanitária. O problema é a ocupação de um povo. O Estado sionista não permite os palestinos respirarem há mais de 60 anos. Agora necessitamos de toda a ajuda do mundo, mas a questão é o fim da ocupação. Os palestinos seguirão lutando até recuperar nossa liberdade e nossa terra.

O que opinas do papel do general Sisi no Egito?

Nós não queremos nos meter com o que se passa em outros países, mas não podemos aceitar que o Egito pretenda por sobre seu controle a resistência palestina. Os palestinos seguirão lutando contra a ocupação.

Como podemos ajudar hoje para fortalecer a luta palestina?

Toda ajuda é bem vinda. Também é bom que venham a Gaza e nós também organizarmos visitas de trabalhadores de Gaza a outros países para que possamos contar o que está acontecendo.



A população civil foi o principal objetivo dos bombardeios de Israel.

Tudo começou em uma sexta-feira 13

Sergio Yahni *

Se o cessar fogo acordado no Cairo entre Israel e a resistência palestina teve êxito, este último enfrentamento chegou a seu fim sem que o Estado de Israel tenha conseguido impor nenhum de seus objetivos políticos ou militares declarados durante estes 74 dias.

Na sexta-feira de 13 de junho, pela manhã, o exército israelense saiu a propagandar o que em Israel se conhece como ameaça terrorista. Na noite anterior, três adolescentes judeus tinham sido sequestrados ao norte da cidade de Hebrón. A polícia, os serviços secretos e o primeiro ministro acusavam o Hamas, o Movimento de Resistência Islâmico, de estar por trás dos sequestros.

Na realidade, os jovens foram assassinados imediatamente ao seques-

tro, e tanto os serviços de segurança de Israel, como o primeiro ministro tinham conhecimento disso. Mas o sequestro e o assassinato foram utilizados como desculpa de uma operação policial e militar que pretendia acabar com o Hamas.

Os serviços de segurança, a polícia e o exército tinham ordens de golpear a uma organização política que já havia reconhecido sua derrota.

Passava pouco mais de duas semanas desde que o Hamas entregara as rédeas do futuro do povo palestino nas mãos do presidente Abbas, no pacto de unidade nacional palestino. Com o golpe militar no Egito e a derrota da Irmandade Mulçumana haviam chegado ao ponto de aceitar a supremacia política e militar do presidente palestino. Uma demanda

que desde o ano de 2008 era o único ponto de discórdia entre a Direção da Autoridade Palestina e a Direção do Hamas. Em troca, o Hamas esperava que sua sorte melhorasse nas próximas eleições. Claro que eram bastante otimistas dada a maneira em que se estão desenvolvendo as condições políticas na região.

Nos dias seguintes, o exército de Israel prendeu 530 palestinos incluindo todos os líderes do Hamas na Cisjordânia. Entre os detidos também se encontrava o porta-voz do Conselho Legislativo Palestino e vários deputados. Cinco palestinos morreram durante a operação militar.

A ofensiva israelense da sexta-feira do dia 13 de julho de 2014 mudou radicalmente o desenvolvimento deste

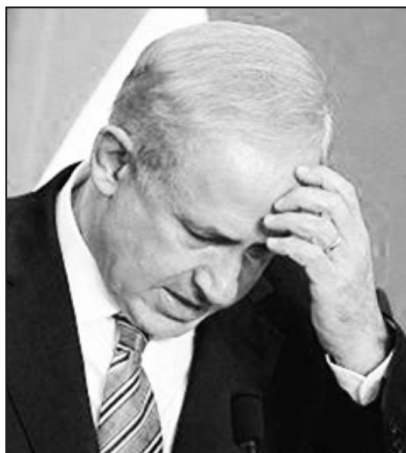
* da publicação *Viento Sur*, 28 de agosto de 2014

processo, transformando o Hamas na direção indiscutível da resistência nacional palestina, colocando o Al Fatah e sua direção como meros observadores ou ajudantes diante da expansão ofensiva na Faixa de Gaza.

Em Israel, a ofensiva tinha a total aprovação da população e nenhuma força política representada no Parlamento se atreveu a demandar contas ao governo. E mais, o primeiro ministro Netanyahu é o primeiro líder israelense que levou adiante uma operação militar nos últimos 32 anos sem ter que enfrentar-se com manifestações massivas.

Por sua parte, o Hamas não somente se encontrava no pior contexto político possível, senão que seu isolamento era tão duro que nem sequer podia contar com a simpatia humanitária do passado: a única alternativa humanitária proposta tanto pela Europa como pela Liga Árabe era a rendição.

Pela primeira vez desde os dias de luta no gueto de Varsóvia, a resistência palestina na Faixa de Gaza, um exército guerrilheiro, conseguiu enfrentar-se a um exército regular sem retaguarda. Mas, contradizendo toda a lógica, a resistência não sucumbiu, pelo contrário, depois de mais de um mês de luta na terra, o exército de terra israelense foi forçado a retirar-se da Faixa de Gaza sem haver



Netanyahu não logrou impor nenhum de seus objetivos

conseguido nenhum de seus objetivos. Semanas mais tarde, depois da intensificação dos bombardeios, Israel se viu forçado a aceitar um cessar fogo que se adaptaria às demandas do Hamas.

Segundo a imprensa israelense, o exército estima que derrotar a resistência requereria um preço que a sociedade israelense não estaria disposta a pagar. Um cenário deste tipo suporia o sacrifício de centenas de soldados israelenses que cairiam nas mãos da resistência, vivos ou mortos. E mais, “limpar” a Faixa de Gaza das forças de resistência depois de sua ocupação levaria, ao menos, cinco anos.

Sem dar lugar a um debate adequado no gabinete, o primeiro ministro evitou levar os acordos do Cairo à votação e somente informou aos ministros o que Netanyahu decidiu. A equipe do primeiro ministro argumenta que o debate e a votação no gabinete não eram legalmente necessários.

O acordo formulado pelo Egito propõe que depois de um mês de cessar fogo as partes discutam a desmilitarização da Faixa de Gaza, tal como demanda Israel, e a construção de um aeroporto e um porto marítimo, como demandam os palestinos. Israel se comprometeu a abrir as passagens fronteiriças e permitir a entrada dos fornecimentos necessários para a reconstrução, a estender a zona de pesca de 3 a 12 milhas náuticas, e a remover a faixa sobre os limites de Israel, onde se proíbe a entrada dos camponeses palestinos.

Adicionalmente, se cancelaram as restrições das transferências de dinheiro a Gaza, de tal maneira que se possam pagar os salários dos empregados do governo anterior, encabeçado pelo Hamas.

Tony Blair, emissário do Quarteto para o Oriente Próximo e um dos que assinaram nas negociações do Cairo, declarou que agora é o momento de centrar-se na reconstrução de Gaza



Sergio Yahni nasceu em Posadas, Missões, Argentina. Vive em Israel desde criança. Seus pais, militantes do PST, tiveram que se exilar em Israel durante a ditadura militar. É diretor do Centro Alternativo de Informação (AIC), organização de imprensa conjunta palestina-israelense. Sergio milita no Tarabut, uma frente de esquerda árabe-israelense em Israel. Se fez muito conhecido a partir de que, como soldado, se negou a combater contra o povo palestino. Motivo pelo qual esteve várias vezes preso.

a longo prazo e sobre o controle da Autoridade Palestina.

“Dito plano permitiria uma melhor vida para a população civil em Gaza e a segurança dos cidadãos de Israel”, disse o ex primeiro ministro britânico, sem dar-se conta de que as relações de força na política palestina mudaram. Muito pouco importa para a população palestina a “segurança de Israel”, e a única autoridade que mantém o presidente palestino é haver sido parte dos mediadores no Cairo. Não é de se esperar que a população palestina esteja disposta a trocar o que conseguiu com sacrifício no campo de batalha por um prato de lentilhas.

A estratégia militar israelense assume que a pressão militar sobre a população civil levará esta a demandar que os guerrilheiros entreguem suas armas. Por tanto, a população civil foi o principal objetivo dos bombardeios israelenses levando o exército de Israel ao fracasso. Da mesma maneira, fracassaram os mediadores que não compreendem que o povo palestino decidiu marchar por sua liberdade, soberania e independência. □



Na Escócia a mobilização mostrou que a questão nacional segue vigente.

O problema nacional na Europa

Josep Lluís de Alcázar- Luta Internacionalista

A crise econômica em curso atua como um poderoso polarizador da luta de classes. Os temas democráticos não resolvidos pela burguesia em sua fase ascendente, aparecem agora com renovada energia. A questão nacional na Europa está na raiz de muitas das tensões internas dos atuais estados e é um componente essencial da luta de classes. Há que voltar às análises históricas do marxismo para identificar as diferenças entre fenômenos que podem ser parecidos, no entanto, são qualitativamente

diferentes, como os restos de enclaves coloniais, os fenômenos de segregação e os problemas nacionais não resolvidos que supõem opressão, pois a política revolucionária muda.

Na Europa existem enclaves coloniais como Gibraltar britânico no Estado espanhol, ou Ceuta e Melilla, enclaves espanhóis no norte da África. O problema nacional não é o dos habitantes dos enclaves, mas sim da nação da qual usurparam uma parte do território.

O suposto direito de autodeterminação das comunidades que vivem em um enclave colonial

reproduz os interesses do estado colonizador, ou alguém acredita que é casualidade que, em todos os casos, os habitantes destes enclaves defendam majoritariamente pertencerem ao país colonizador? É o próprio processo de formação de um enclave que determina nossa posição: são ocupações militares estratégicas combinadas com a transferência massiva de colonos da metrópole, ao redor e sob a custódia do exército ocupante que, em alguns casos inclusive, deslocam a população originária. E, do mesmo modo que propomos a devolução das Malvinas à Argentina, exigimos para Ceuta e Melilla sua devolução ao Marrocos e a devolução do Gibraltar britânico ao Estado espanhol.

Também é a política para a zona Norte da Irlanda. Irlanda foi colônia inglesa e com a luta pela independência a Grã Bretanha ficou com a parte norte da ilha. A luta pela reunificação da Irlanda exclui o direito de autodeterminação na “Irlanda do Norte” (um dos centros do Acordo da Sexta-feira Santa), porque com ele estaríamos reconhecendo a legalidade da colonização. A política britânica para manter a ocupação foi a de deslocar colonos (grande parte deles da população pobre da Escócia e do norte da Inglaterra) a quem entregaram terras irlandesas. Basta ver o simbolismo dos unionistas e da Ordem de Orange recordando a cada ano, em suas marchas, a derrota do rei irlandês James II em 1690. Exigimos a retirada britânica e a reunificação da Irlanda.

O mesmo ocorre na Crimeia. O controle russo da península se conformou ao redor da base de Sebastopol, uma base criada em 1783, que hoje abriga a Frota do Mar Negro, com navios, submarinos e aviões. Após o colapso da União Soviética, a frota ficou em grande parte nas mãos da Rússia, que pagava um aluguel para a Ucrânia. Somos contra a anexação russa da Crimeia.

As nações oprimidas Escócia, Catalunha...

Outra questão são as nações oprimidas como Euskadi, Catalunha, Escócia ou Curdistão. São nações que foram submetidas a Estados controlados por outra nação. Não é o caso da Padania, na Itália, reclamada pela “Liga Norte pela Independência da Padania” de Umberto Bossi, um movimento reacionário burguês que inventa um problema nacional para aprofundar as diferenças com o sul mais empobrecido. Seria similar ao movimento

boliviano da Media Luna frente à maioria indígena da população. Frente a essa política, de divisão e enfrentamento, a denúncia deve ser permanente.

Para as nações oprimidas, nosso ponto de partida é o que definia Lenin: “O proletariado não pode guardar silêncio sobre a questão, particularmente “desagradável” à burguesia imperialista, das fronteiras do Estado baseado na opressão nacional. O proletariado não pode deixar de lutar contra a retenção violenta das nações oprimidas dentro das fronteiras de um Estado, e isso significa lutar pelo direito à autodeterminação. O proletariado deve reivindicar a liberdade de separação política para as colônias e nações oprimidas por “sua” nação. Caso contrário, o internacionalismo do proletariado acabará em um conceito vazio e verbal, resultarão impossíveis a confiança e a solidariedade de classe entre os operários da nação oprimida e os da nação opressora e ficará sem desmascarar a hipocrisia dos defensores reformistas e kautskistas da autodeterminação, que não falam das nações oprimidas pela “sua própria” nação e retidas com violência pelo “seu próprio” Estado” (Lenin, Obras Completas, T. XXI, p. 160).

As direções dos movimentos nacionalistas, sejam pequeno burguesas ou burguesas, tentam conciliar seus interesses de classe com as reivindicações democráticas dos povos, mas quando a situação fica tensa, elas antes são burguesas do que nacionalistas, não levando até o final a luta pelo direito de autodeterminação nacional.

Mas, não definimos nossa posição segundo umas ou outras direções, mas sim em relação às necessidades da classe operária e demais setores populares. É preciso

colocar a luta da nação oprimida sob a direção do proletariado, independente da burguesia nacionalista, e impulsionar a luta consequente que unifique o direito de autodeterminação com a satisfação das necessidades das classes populares (trabalho, saúde, educação, moradia...). Rechaçamos os chamados abstratos à unidade operária contra o direito dos povos de autodeterminarem-se, pois respondem aos interesses do estado. Escrevia Lenin “O centro de gravidade da educação internacionalista dos operários dos países opressores tem que estar necessariamente na pregação e na defesa da liberdade de separação dos países oprimidos. De outra maneira, não há internacionalismo. Temos o direito e o dever de tratar como imperialista e canalha a todo socialdemocrata de uma nação opressora que não realize tal propaganda”. (XXII, pág. 373)

A reativação da luta pelos direitos nacionais

Na ex-URSS o stalinismo voltou a erguer uma prisão de povos. Os bolcheviques haviam sido respeitosos com o direito de autodeterminação nacional. A burocracia não só fez com que a casta burocrática se elevasse acima e oprimisse a classe operária, mas também que um novo/velho centralismo da grande Rússia se impusesse de novo ao resto das nações que configuravam a união de repúblicas socialistas. Mais tarde, esses mesmos métodos de opressão nacional iriam se estender ao leste da Europa.

Uma reativação da luta pelos direitos nacionais se deu com o fim do regime stalinista, que implicou na explosão de tensões acumuladas e alimentadas pela burocracia ao largo de décadas. Desde as repúblicas bálticas às do Cáucaso, enfrentan-

do a opressão da grande Rússia e estourando em guerra e massacres como a Chechênia, o conflito com a Geórgia, ou agora com a Ucrânia. Na antiga Iugoslávia, no leste da Europa, se repetiram as explosões contra a opressão sérvia: a guerra da Bósnia foi o exemplo mais cruel, com métodos de limpeza étnica por parte dos sérvios, que chegaram a cometer genocídios como o da cidade de Srebrenica.

Com a crise econômica, a questão nacional adquire importância no oeste, dentro da União Europeia. A política econômica de austeridade

que descarrega a crise sobre os setores populares, é acompanhada de uma nova centralização dos Estados para saquear os recursos a serviço do pagamento da dívida, enquanto os regimes assumem cada vez mais traços bonapartistas. Ajustes e repressão são os componentes que estimulam o ressurgir dos problemas nacionais. Há alguns anos teria sido impensável o referendun escocês e seu resultado: o movimento pelo sim – por mais que estivesse liderado por Salmond, um setor burguês – encontrava eco em setores populares que uniam a reivindicação

nacional de independência com o rechaço às políticas de cortes sociais de Londres. Também há alguns anos, teria sido impensável o salto nas mobilizações catalãs pela independência.

Em todos esses casos temos defendido o direito de autodeterminação das nações, enquanto batalhamos pela real unidade da classe tanto na nação oprimida como na opressora, convencidos, como dizia Marx que “um povo que oprime a outro não pode ser livre” e que as federações que aspiramos só serão socialistas se forem de povos livres.

A monarquia espanhola e o referendo catalão

Josep Lluís del Alcázar

Quatro manifestações em três anos com mais de um milhão de pessoas cada uma, para uma população total de 7 milhões, expressam a decisão do povo catalão de romper com o estado monárquico. A burguesia catalã que controla o Governo catalão é empurrada pela força deste movimento até uma confrontação com o Estado Monárquico, que nega o direito da Catalunha de decidir seu futuro. Do resultado desse enfrentamento está o destino da monarquia. As chaves desse desenlace estão na entrada em cena da classe operária catalã e da reação que possa dar-se entre os trabalhadores/as e os povos do resto do estado contra o regime.

Quando da morte do ditador Franco, em 1975, o movimento de massas estava em plena efervescência,

especialmente a classe operária, essa situação empurrava rumo a uma ruptura com o odiado regime. Mas o PCE e o PSOE traíram os anseios de liberdade dos trabalhadores e dos povos e pactuaram uma reforma do regime aceitando a Monarquia com Juan Carlos I, a quem Franco havia nomeado como seu sucessor. Temas democráticos pendentes, como a separação da Igreja do Estado, o problema da reforma agrária contra os grandes latifundiários, a justiça contra os crimes do franquismo, o direito à autodeterminação, o debate Monarquia ou República, terminaram silenciados. Do pacto participaram também a burguesia basca e catalã.

A questão nacional foi uma das pedras angulares da Constituição. Se consagrava a unidade da pátria e impedia o direito de autodeterminação. Estabelecia um “café para todos” que se concretizou em uma multidão de comunidades autônomas, diluindo-se as nações. O PSOE defendia até 1977 o direito de autodeterminação, como defendia a República, e ambas caíram ao mesmo tempo quando se instalou a mo-

narquia. Em 1982, foi sob o Governo do PSOE, com Felipe González, que se estabilizou o regime. Sem as direções do PCE e do PSOE, do CCOO e da UGT, o regime não teria se estabilizado. Foram essenciais para fazer retroceder a luta operária (Pactos de Moncloa), e também para isolar a resistência dos povos (em especial o basco). Com esta divisão os trabalhadores e os povos perderam e estabeleceu-se um regime baseado no centralismo e no apoio dos grandes capitais. Sem dúvida, seguiu em aberto o conflito em Euskal Herria com a luta da esquerda basca que se mobilizava massivamente, rechaçando a Constituição e as instituições monárquicas.

Ao longo do segundo governo PP de Aznar (2000-2004), este avançou num decidido processo de nova centralização política e econômica do estado, para esvaziar de conteúdo o poder autônomo. Isto tensionou ao extremo as relações com a burguesia basca (Plano Ibarretxe), incluindo a ameaça do governo central de suspender a autonomia e processar o presidente basco.



Contundente marcha pela independência da Catalunha.

O PP perdeu as eleições de 2004 e o PSOE tentou uma mediação entre o estado e as burguesias periféricas colocando em marcha uma reforma das autonomias. A prova de fogo era a reforma da autonomia catalã para logo abordar a basca, enquanto se ganhava tempo para pôr fim ao ETA. Depois de múltiplos ajustes, o Estatuto de Autonomia finalmente foi aprovado pelo Parlamento autônomo catalão, pelo Congresso de Deputados e ratificado em referendun. Mas, o Tribunal Constitucional, escandalosamente, tardou quatro anos em resolver, e o fez declarando inconstitucional boa parte do texto.

A mobilização foge do controle do governo catalão

A reação à sentença Constitucional não se fez esperar com a manifestação em 10 de julho de 2010 de um milhão de pessoas em Barcelona, ao grito de somos uma nação, nós decidimos. Já não se grita mais por autonomia, mas sim pela independência.

O PP ganhou as eleições de 2011, o Governo Rajoy - agora com os argumentos da crise - retoma o plano de recentralização de Aznar. A política de extrema austeridade gera mais argumentos para romper com o estado, ainda que o governo catalão também aplique cortes. A burguesia catalã pede, em julho de 2012, um Pacto Fiscal para blindar competências. Mas antes que Rajoy lhe conteste que não, uma nova mobilização (setembro de 2012), com outro milhão de manifestantes exigem - já não o Pacto fiscal - e sim a Catalunha como um novo estado da Europa. O governo da burguesia catalã encontrava-se pressionado entre a negativa de Madrid e o movimento

de massas, e não lhe resta outra opção senão cavalgar no movimento, apesar disso não evitar a perda de intenção de voto face opções independentistas.

É nesse processo que uma nova manifestação massiva em setembro de 2013, a chamada Via Catalã, empurra o governo catalão a convocar uma consulta para decidir seu futuro em 9 de novembro de 2014. Um novo elemento entra em cena em maio de 2014 com as eleições europeias: a crise dos pilares políticos do regime (o bipartidarismo), a perda de 5 milhões de votos entre o PP e o PSOE e que juntos não alcançam sequer os 50% dos sufrágios. Precipita-se uma crise do regime, que aparece corroído pelos escândalos de corrupção e com mínima aceitação popular. Juan Carlos I rapidamente abdica e cede o trono a seu filho Felipe VI. Espontaneamente se dão as maiores manifestações da transição em todo o estado contra a Monarquia, ainda que não tenham continuidade e com o acordo PP-PSOE se encerra rapidamente a sucessão.

O movimento continua na Catalunha, a manifestação de setembro de 2014 supera em quantidade às anteriores e se fecha com um convite ao Governo catalão: “Não chegamos até aqui para desistir e nos acovardar”; “Presidente, ponha as urnas”. O Governo catalão convocará a consulta em 9 de novembro. O Governo central, com o apoio do PSOE, apelará ao Tribunal Constitucional. Este a proibirá. A partir dessa situação estará instalada a crise na Catalunha com eleições antecipadas, mas, o mais provável é que um partido independentista a ganhe e agudize mais a tensão. O que acontecerá então?

Mas, não haverá direito à autodeterminação se a classe operária catalã não assumir massivamente essa rei-

vindicação. Uma parte importante da classe trabalhadora catalã provém do resto do estado espanhol e não tem o catalão como língua materna. Vêm o processo à distância, não se sentem independentistas e menos ainda quando a burguesia catalã que agita a consulta com uma mão, com a outra mão aplica a austeridade, com cortes nos serviços públicos. Mas, tampouco se deixam enganar pelas tentativas de mobilização contra a independência orquestradas pelo PP junto a setores do PSOE catalão (que está dividido), que foram um fracasso retumbante. A política revolucionária deve dirigir-se especialmente à classe operária, porque é preciso soldar uma aliança com as classes populares catalãs, tomando a defesa do direito de autodeterminação, mas, marchando independentemente da burguesia catalã e não dando trégua à luta operária pelo trabalho, em defesa dos salários, da saúde e do ensino público.

É imprescindível que o direito à autodeterminação não seja visto pelos outros povos do estado e pelos trabalhadores como um problema dos catalães, mas sim de todos contra o inimigo comum que é a Monarquia. Há que se exigir de toda a esquerda no estado que diz defender a consulta, que organize ativamente a solidariedade. Está em jogo a possibilidade de acabar com a Monarquia que Franco nos legou e estabelecer um novo marco de relação entre os povos do estado espanhol.

A unidade que os trabalhadores/as precisam não se pode basear em imposições. Somos internacionalistas, não fazemos da constituição de um estado na Catalunha um objetivo em si, mas a defesa do direito de autodeterminação leva a romper com a Monarquia. Defendemos uma República catalã e uma relação estreita e solidária de trabalhadores, trabalhadoras e povos, em pé de igualdade, até uma federação de repúblicas. Queremos uma República catalã que dê trabalho digno, moradia, serviços públicos. Por isso, há que tomar medidas contra o capitalismo e a União Europeia: começando pelo não pagamento da dívida pública, nacionalizar o sistema financeiro e colocar estes recursos a serviço de um plano de emergência contra o desemprego. Isto é, que avance até o socialismo. □

Escócia Ganhou o NÃO, mas...

Miguel Lamas

Os titulares falam do “grande suspiro” de alívio na cidade londrina. O NÃO à independência se impôs na Escócia por 54% a 46% do SIM. Mas algo está se quebrando na Grã Bretanha e também na Europa.

Paradoxalmente, apesar do triunfo do NÃO, o governo conservador britânico de David Cameron está em crise. O próprio fato da realização do referendo é uma espetacular demonstração da crise do império britânico. E também mostra a crise da União Europeia e da Europa capitalista em geral, onde ocorrem várias reclamações por independência unidas à luta contra o ajuste capitalista. O exemplo mais imediato é a Catalunha.

Frente ao susto pelo possível triunfo do SIM, o primeiro ministro Cameron foi à Escócia e prometeu, em síntese, que não ia aplicar o ajuste antipopular que castiga o resto do Reino Unido. Claro que não disse com essas palavras. Mas, foi assim que todos compreenderam. Para lograr o NÃO, Cameron foi à Escócia com o aval para um incremento do nível de gasto público acima do permitido aos outros territórios (assim também se comprometeu o Partido Trabalhista). Mas esta promessa é repudiada por grande parte do Partido Conservador. A ministra Claire Perry, uma das líderes descontentes dos conservadores, denunciou como injusto que outras regiões devam pagar a “sacola de presentes” do premier (Cantelmi no Clarín 20/09).

Que significa este “incremento do gasto público” para o povo escocês? Por exemplo, manter a saúde e a educação universitária gratuitas. Na Escócia, como resultado da luta dos

estudantes, não se aplica a “taxa universitária” (que chega a 1.000 dólares mensais) que reina no restante da Grã Bretanha e está tornando quase impossível o acesso à universidade para os filhos da classe trabalhadora. Essa é uma das causas detectadas pelo diário The Guardian quando determinou que cerca de 60% dos menores de 34 anos estão a favor da ruptura da Escócia (Cantelmi, Clarín). O SIM à independência ganhou em Glasgow com 53% e também em outros 3 dos 32 distritos eleitorais: Dundee, North Lanarkshire e West Dundartonsire, e em Inverclyde a diferença percentual foi de tão somente 0.16 a favor do “Não”. As cinco são regiões de população de grande maioria operária.

Enquanto o Partido Trabalhista apoiou o NÃO, houve uma campanha por uma Independência Radical, levada a cabo por sindicalistas, ativistas sociais e partidos de esquerdas, destacando o Partido Socialista Escocês (Scottish Socialist Part, SSP), o Partido Comunista da Escócia (Communist Party of Scotland, CPS) e o Movimento Socialista Republicano Escocês (Scottish Republican Socialist Movement, SRS), buscando uma ruptura com a monarquia e a OTAN, assim como a nacionalização do petróleo do mar do Norte.

O governo escocês e seu partido o SNP, impulsionaram o SIM, expressando a média e pequena-burguesia mais nacional da Escócia (enquanto que os banqueiros, multinacionais e petroleiros estavam pelo NÃO). Escócia é uma das regiões mais ricas da

Grã Bretanha e produz, por exemplo, 90% da energia, incluindo o petróleo do Mar do Norte. O programa independentista do SNP era totalmente limitado, contemplava manter-se na OTAN, manter como moeda a libra esterlina e a rainha britânica como chefe de Estado da Escócia.

A independência sobre bases capitalistas e ademais no quadro da OTAN e da monarquia, evidentemente não pode ser a verdadeira solução para impedir o ajuste capitalista contra o



O conflito segue latente.

povo escocês.

Por outro lado, o resultado do referendo não resolve o conflito nem muito menos. O governo conservador ou seu possível sucessor trabalhista em Londres quebrarão as promessas feitas aos escoceses e tentarão voltar a descarregar o ajuste antipopular e tudo voltará a ser replanejado. Os trabalhadores e a esquerda da Escócia têm uma grande batalha pela frente para defender seus direitos, ensino e saúde gratuitos, trabalhos dignos, moradia e, para isso, romper com a monarquia imperialista britânica; por uma mudança de fundo, pela expropriação de banqueiros e petroleiros, retomando as tradições socialistas da Escócia, unindo-se nesta luta aos trabalhadores ingleses, galeses e irlandeses.

Leon Trotsky e o debate sobre a independência nacional

Mercedes Petit

Nas fileiras do marxismo revolucionário houve numerosas discussões tanto sobre o apoio ao direito à autodeterminação nacional como diretamente à luta por independência. Lenin é um referencial sobre o tema (ver pág. 20). Também Trotsky se posicionou numerosas vezes, não só a favor do direito à autodeterminação como diretamente à independência de nacionalidades oprimidas, ainda quando fosse dirigida pela burguesia, polemizando contra posições sectárias. Estes antecedentes ajudam a posicionar-se diante do referendo escocês de 18 de setembro.

Tanto a LIT como o PTS não deram nenhum tipo de apoio ao SIM escocês

No referendo sobre a independência da Escócia houve distintas posições entre as organizações trotskistas. A posição da LIT se expressou em um artigo de Margareth McAdam (ISL de Inglaterra, em www.litci.org). Como se pretendesse esconder, ou para confundir o leitor, seu posicionamento começa dizendo que “defende incondicionalmente o direito à autodeterminação dos povos oprimidos, e isso significa seu direito à independência, se tal for a vontade da maioria do povo”.

Suponhamos que um operário escocês leia até aí e lhe perguntassem: “Então, está tudo bem para você minha decisão de votar pelo SIM?”.



O artigo lhe responde: “Somos contrários a uma pseudo independência (...) a separação representará para Escócia um retrocesso (...) A esquerda defensora do SIM está substituindo a luta unificada da classe trabalhadora contra a autoridade e o imperialismo pelo apoio a uma luta nacionalista, e mostra assim como estão longe de uma perspectiva revolucionária da luta da classe operária (...) junto com o apoio ao direito de autodeterminação, defendemos a livre União dos Estados Unidos Socialistas Britânicos, como um objetivo a ser alcançado na luta pela revolução socialista mundial.”

Seria injusto dizer que estão apoiando o voto no NÃO, mas o argumento anterior é sim, claramente, um chamado a não votar no SIM. Se o operário escocês, talvez um pouco confuso, busque alguma outra resposta na LIT, pode encontrar-se com

Felipe Alegria, da Corrente Roja (LIT Espanha). Alegria dirá que não se deve subestimar “os efeitos negativos que pode ter para a unidade da classe trabalhadora britânica” um triunfo do SIM.

Com o triunfo do NÃO fica mais claro o rechaço da LIT ao direito à independência dos escoceses. Antes do referendo, nessa frase inicial para esconder-se, disseram que defendiam “se tal for a vontade da maioria do povo”. Agora deverão dizer aos trabalhadores e setores populares independentistas que baixem por outros 300 anos suas bandeiras, porque não tem a “vontade da maioria”, mas tão somente 46%!

O PTS da Argentina coincide com a LIT na posição anti SIM. Em um artigo de Alejandra Ríos (www.ft-ci.org, 16/09/14), depois de criticar duramente a campanha do NÃO, também o fazem com a campanha do SIM. Ainda fazem várias observações corretas, seu centro passa por definir “os limites do movimento independentista”. O artigo reconhece que “a campanha pelo SIM é uma expressão de descontentamento de amplos setores”, mas conclui com o rechaço ao SIM, já que “a vitória do SIM, pressupõe para os trabalhadores escoceses a continuidade de uma agenda neoliberal e ataques, mas, a partir de Edimburgo, ao invés de Londres”. Deveria rechaçar o SIM porque seria “um compromisso com o SNP e não representa solução de



Em Barcelona crescem as marchas pela independência.

classe aos problemas que afetam às trabalhadoras e trabalhadores escoceses. As aspirações dos trabalhadores e das classes oprimidas escocesas não encontram lugar sob uma Escócia que siga controlada pelos monopólios e subordinada à monarquia, aos interesses da classe dominante e do grande capital. Se uma Grã Bretanha capitalista não é uma saída de fundo, tampouco o é uma Escócia capitalista sob o reinado de Isabel II, a libra e a OTAN”. Suas denúncias gerais - ainda que sendo algumas corretas - cometem o erro grosseiro de colocar um símbolo de igual entre o império da monarquia inglesa dominante e a nação oprimida escocesa, porque ambas são “capitalistas”. Se pode sintetizar em nem “Edimburgo” nem “Londres”, junto a umas quantas generalidades contra o capitalismo. Tanto a LIT como o PTS, acabam fortalecendo as fileiras do NÃO patrocinado pelo imperialismo monárquico que oprime a Escócia.

Trotsky e a independência

No século XX, concretamente, não se suscitou uma luta independentista na Escócia. Mas houve numerosas experiências que permitem seguir o rastro rumo às polémicas de Trotsky contra os sectários quanto à questão nacional. Na década de 30, Trotsky se referiu numerosas vezes ao direito à autodeterminação nacional, e mais concretamente à luta pela independência da Catalunha, ainda que fosse encabeçada pela burguesia.

Faz pouco tempo uma organização nacionalista de esquerda divulgou em Barcelona a tradução, pela primeira vez ao catalão, de um texto que dissipa qualquer dúvida sobre a categórica posição de Trotsky. Em abril de 1934, à medida que se aprofundavam cada vez mais os

choques que dariam lugar à guerra civil, instalou-se um forte conflito entre a Generalitat da Catalunha e o governo central. Trotsky, em uma carta sem data dirigida ao Secretariado Internacional entre julho e setembro, chamava seus seguidores a realizar um giro político para ajudar ao proletariado catalão a “demonstrar às massas catalãs que tem um interesse sincero na defesa da independência catalã. É aqui de onde arrancará o passo decisivo até a conquista da direção da luta de todas as camadas (...) o proletariado não pode, na situação atual, proclamar por si mesmo a independência da Catalunha. Mas pode e deve chamar com todas suas forças a independência e exigir do governo pequeno burguês de Esquerda. Deve responder às suas manobras proletárias por meio da convocação de eleições. ‘Necessitamos um governo que represente e dirija a vontade real de luta das massas populares?’ *

Seria um dogmatismo nada marxista que não se pudesse divergir de Trotsky, ou inclusive dizer o contrário. Mas sim, reclamamos, em caso de fazê-lo, que se explicita e se fundamente. A respeito do referendo na Escócia, acreditamos muito válidos seus ensinamentos sobre a defesa da independência da Catalunha. As posições anti SIM da LIT e do PTS da Argentina caem nas generalidades da propaganda abstrata e no sectarismo.

Por que votar no SIM?

Seguindo esta tradição e ensinamentos, temos nos posicionado no referendo pela independência da Escócia, muito diferenciadamente do SNP, o partido bur-

guês escocês que encabeçava o SIM. Na página 23 se analisa o apertado triunfo do NÃO. Dias antes de 18/09, em um artigo de Simón Rodríguez Porras (PSL de Venezuela, seção da UIT-QI) se dizia: “(...) A independência de um estado escocês dentro da órbita da União Europeia (...) não garante aos trabalhadores que estarão a salvo dos planos de ajuste (...). Mas, sem dúvida, cria melhores condições (...) para defender as conquistas sociais e lutar por novas conquistas. (...) consideramos que as organizações operárias e de esquerda europeias devem apoiar o voto pela independência da Escócia. (...a elaboração de um programa próprio muito mais avançado por parte dos trabalhadores escoceses, que ligue a questão da independência a outros direitos democráticos que atualmente o regime britânico nega, e que contemple a unidade de ação e a solidariedade de classe com os trabalhadores galeses, ingleses e irlandeses em prol dos mesmos objetivos e contra os da Coroa. Esta solidariedade de classe e as formas organizativas através das quais ela se expresse, para nós se inscreveriam na perspectiva estratégica da abolição do capitalismo e na construção de uma Federação de Repúblicas Socialistas nas ilhas britânicas.” (www.laclase.info e El Socialista nº 276, 10/09/2014)

*O original do arquivo está em inglês. Publicado em francês: “[Le conflit catalán et les taches Du proletariat] (été 1934”. Léon Trotsky Oeuvres, publicadas sob a direção de Pierre Broué. Tomo 4, Paris, 1979. Pode-se encontrar completo na revista digital www.sinpermiso.info de 28/09/14.



Concentração sindical em Istambul em apoio aos operários da construção civil.

Turquia e a indignação dos operários da construção

Por Esat Engin – PDO (Partido da Democracia Operária)

Os acidentes de trabalho e as mortes de trabalhadores tem passado a ser parte dos acontecimentos cotidianos na Turquia. Antes foi o massacre de 301 mineiros de Soma. Agora são 10 operários da construção em Istambul. A responsabilidade de tudo isto é do governo de Erdogan e sua ligação com as patronais. Milhares de trabalhadores da construção saíram às ruas para protestar em Istambul e distintas cidades, deslançando uma nova onda de lutas.

Dia Dia 6 de setembro, Istambul acordou com a notícia de outro “acidente de trabalho” ou assassinato como preferimos chamá-lo: 10 trabalhadores da construção foram declarados mortos devido à queda de um elevador do 32º andar na área da construção. As más condições de trabalho, a subcontratação e o desprezo pela segurança, quer dizer, a busca burguesa do máximo lucro, é responsável pelo assassinato relacionado com o trabalho destes 10 trabalhadores da construção.

Este lugar de trabalho em particular, igual à muitos outros, pertence a uma patronal pró-governo que havia sido reforçada pelas próprias mãos do governo do presidente Erdogan e do Partido da Justiça e Progresso (AKP), que optaram por fazer vista grossa aos crimes e violações destes empregadores e das próprias empresas. Igual ao massacre de 301

trabalhadores mineiros em Soma, a “causa” das mortes foi o desprezo pela manutenção dos elevadores que estavam fora de serviço.

As mortes no local de trabalho são cada vez mais uma parte do dia-a-dia na Turquia, a tal ponto que são ignoradas nas manchetes dos jornais. Este foi divulgado amplamente só porque o número de mortos era muito alto e este caso ocorreu no centro da cidade, chamando mais a atenção. A reação em massa cresceu imensamente apesar do terror policial, o que também indica que a indignação do povo chegou a um nível incontável. O Estado faz todo o possível para impedir a resistência; cuida dos predadores e enfrenta as vítimas da violência. Só que a violência e a atitude agressiva do governo não são suficientes para deter as mobilizações, porque as massas estão fartas e tem um forte desejo de um salário e condições de trabalho.

A busca de lucros incrementa as mortes no trabalho

O governo do AKP estabeleceu as indústrias da construção, energia e mineração como os principais setores da Turquia, os que dão forma ao mercado. Também está claro que estas empresas têm benefícios do Estado; terras e os contratos outorgados a estas empresas são o recurso financeiro mais importante do governo do AKP.

Por que ocorrem estes acidentes nestes setores em ascensão, que são os mais rentáveis para a burguesia? A resposta é porque estas empresas trabalham e constroem as obras apostando com a vida dos trabalhadores. Para a maximização dos lucros, se pede que eles trabalhem mais intensamente. Enquanto a burguesia tem a maior parte dos benefícios, para os trabalhadores a única opção é trabalhar ou morrer.

Em Soma morreram 301 mineiros.



Turquia: o campeão de mortes relacionadas com o trabalho

Turquia, que foi elogiada por ser neoliberal e ter comprometido de forma vitoriosa o país na ordem capitalista mundial, tem o orgulho de ter o gráfico de estatísticas de maior êxito em todo o mundo: é o primeiro na Europa e o terceiro do

mundo em taxas de mortalidade em acidentes de trabalho. O governo do AKP tem mais e mais ricos com a pilha de mortos que está pisando.

Durante os 12 anos de governo do AKP, 12.236 trabalhadores morreram em acidentes de trabalho. Isto significa 1.076 pessoas por ano. No ano de 2013, 59 deles eram crianças e 294 trabalhadores da construção; no total foram assassinadas ao menos 1.235 pessoas.

O governo do AKP e as decisões de 24 de janeiro

As resoluções de 24 de janeiro de 1980, seguidas pelo golpe militar de 12/09/1980, abriram o caminho para os ataques neoliberais contra os direitos dos trabalhadores. Enquanto eliminava as organizações dos trabalhadores da vida política, o governo militar também reorganizou a vida trabalhista através de novas leis do trabalho. O governo do AKP tem sido o mais fiel praticante deste projeto político. O chamado crescimento econômico do governo se baseia nas medidas adotadas durante o golpe de estado militar e nas decisões de 24 de janeiro. Este ataque contrarrevolucionário levou a classe trabalhadora a retroceder nos seus direitos adquiridos.

Os direitos dos funcionários públicos foram esmagados numa intensa onda de privatizações. Os trabalhadores foram condenados a trabalhar nas condições mais im-

pedosas com o objetivo de cortar despesas: perderam o direito a se sindicalizar e foram subcontratados em condições precárias. O horário de trabalho flexível se generalizou e a seguridade social foi colocada abaixo. Foi este processo de “espoliação” social que chamaram de “crescimento econômico”.

O controle de 12 anos do governo por parte do AKP tem sido mais que suficiente para transformar a Turquia num paraíso de mão de obra barata para maximizar os lucros patronais. O governo se empenhou em dividir os trabalhadores em seitas religiosas, sexuais e identidades culturais com o fim de aniquilar qualquer possibilidade de organização. Os sindicatos revolucionários foram proibidos e substituídos pelos sindicatos pró governo. Como resultado: somente 10% dos 27 milhões de trabalhadores são filiados, mas essa porcentagem está

se reduzindo rapidamente.

Mas, o governo pretende devorar ainda mais os direitos dos trabalhadores, pois seu programa neoliberal precisa dar continuidade aos ataques para minimizar os custos. Apesar de centenas de milhares de trabalhadores terem perdido a vida e a terceirização ter aumentado em seis vezes, o governo do AKP ainda está ansioso para cortar mais serviços e direitos sociais.

Acabar com os assassinatos relacionados com os acidentes de trabalho é impossível a menos que sejam cumpridas estas exigências: os controles da segurança devem ser realizados pelos próprios trabalhadores; todos os sindicatos devem ser livres e independentes das manipulações do governo; a subcontratação deve ser declarada ilegal e deve haver uma regulamentação sobre as horas e as condições de trabalho.

Por último, no setor da construção, nos últimos cinco anos 1.754 pessoas - a maioria deles trabalhadores subcontratados - foram assassinados e 1.940 acabaram permanentemente lesionados.

O número de mortos e feridos mostra a “carta de orgulho” real do governo do AKP que faz alarde do crescimento econômico. Com o governo do AKP, a gente começa a trabalhar por baixos salários e de forma ilegal, em um Estado que apoia a mentalidade da subcontratação e o horário de trabalho flexível. Sobre a segurança fez pouco caso, os trabalhadores vivem e trabalham em condições desumanas que não lhes permitem organizar-se; tudo isso derivou em mais mortes e lucros crescentes. Estes não são acidentes, mas sim assassinatos pelos quais são responsáveis, incluindo os inspetores, os ministros e o primeiro ministro.

Por que estes empresários ou empresas não tem medo? Por que seguem sendo tão gananciosos? Eles não têm medo porque, apesar de que parece que existem certas leis que garantam os direitos dos trabalhadores, as sentenças definitivas nunca são a favor destes. Os trabalhadores, por outro lado, duvidam em lutar por seus direitos já que os tribunais sempre tomam parte do empregador ou a empresa, ou porque não tem suficientes recursos econômicos para sustentar-se. Os trabalhadores acabam desorganizados e os sindicalizados não são combativos.

A indignação dos trabalhadores da construção e uma nova onda de lutas

Em outra obra de construção pertencente à Construtora Torunlar, no dia seguinte do acidente, três mil trabalhadores marcharam pelas ruas de forma espontânea sem nenhuma



O IDP, a seção da UIT-CI, nas marchas operárias.

liderança política ou sindical. O assassinato de 10 trabalhadores da Construtora Torunlar havia ressoado com as muitas outras obras que tem condições similares de trabalho; a fúria contra as impiedosas condições de trabalho os uniu nas ruas. A seguridade social não paga, os cortes dos salários mensais, as lesões, a água contaminada para beber; estas razões foram mais que suficientes para rebelarem-se.

Milhares de trabalhadores bloquearam as ruas com barricadas e chegaram às ruas com suas demandas. Os empregadores tinham que chegar a um acordo com os trabalhadores; eles temiam a fúria dos operários e estavam ansiosos pela possibilidade de que esta luta poderia estender-se a outras obras de construção.

A luta da empresa TEMA pode ser vista como uma continuação das greves e a resistência dos trabalhadores em curso e em rápido aumento. Certa resistência se acendeu, principalmente em Istambul, Izmit, Düzce, Izmir (Esmirna), Eskisehir e muitas outras cidades e ainda algumas continuam. Essas

greves e resistência podem ser sinal de uma nova etapa no movimento da classe operária.

Apesar do alto custo de vida, os salários estão constantemente diminuindo e os trabalhadores já não podem tolerar estas condições de trabalho. As duras condições de vida empurram e radicalizam os trabalhadores até a luta e eles se reconciliam na necessidade desesperada de organização. Houve notícias da resistência operária em obras de construção em Maltepe. Também em Halkali os empresários deram um passo atrás nas demandas dos trabalhadores; que também mostra como eles são conscientes de que a mobilização poderia crescer.

A questão mais vital é relativa ao papel dos socialistas. Como se supõe que vamos atuar diante dessas resistências? Lutamos pela fundação de um sindicato e movimento de massas unido, ou perseguimos certos movimentos com respeito à política de identidade? Para nós a resposta é clara: a necessidade é a criação de uma frente operária unificada combativa, e trabalhar pela mobilização de massas! □

Argentina



Greve geral do dia 28 de agosto: Estação Constitución, Cidade de Buenos Aires, parecendo dia de feriado.

Acabaram os dias felizes para o kirchnerismo

Juan Carlos Giordano • Esquerda Socialista

A Argentina está em recessão. A economia se esgota devido ao pagamento de uma dívida externa fraudulenta, que é feito sob o duplo discurso de “pátria ou abutres”. Em 28 de agosto aconteceu a segunda greve geral do ano. A presidenta Cristina Kirchner denuncia a convulsão social que busca, segundo ela, “destituí-la”. Seguimos transitando o período da maior crise do governo em seus doze anos. É preciso exigir das centrais sindicais uma nova paralisação geral de 36 horas e um plano de lutas que proponha, perante a crise, um plano econômico operário e popular.

Falta muito para as eleições presidenciais de 2015. Para o governo, é uma eternidade. Seus dias transcorrem no meio de uma crise econômica ainda maior, com manifestações operárias e desgaste político do peronismo governante, que está em seu fim de ciclo.

O governo não pode fazer concessões como em anos anteriores. Acabou-se a época das vacas gordas, e por isso está obrigado a aprofundar o ajuste. O vento favorável (essencialmente pela alta na soja), transformou-se em contra vento (o preço do grão caiu, estimando uma perda de 4 a 5 bilhões de dólares para 2015).

A crise mundial capitalista golpeia, afetando essencialmente o emprego. Manifesta-se a queda da atividade industrial e do consumo. As multinacionais de automóvel e autopeças já aplicaram 15.000 suspensões ou demissões. Os frigoríficos e também os comércios estão falindo, e cai a construção civil com mais de 20.000 demissões. Perderam-se 400

mil vagas no último ano. A receita, encabeçada pelas patronais e aplicada com a cumplicidade do governo, é a mesma em todo o mundo: que os trabalhadores paguem pela crise.

O famoso chamado pelo governo de “modelo de redistribuição da riqueza” está furado em todos os cantos. Os salários seguem em queda diante da brutal alta dos preços. A inflação, que era de 7% ao ano quando tomou posse o governo em 2003, passou para uma projeção de 40% em 2014. O governo está desvalorizando a moeda, com a consequente rebaixa salarial. O dólar oficial está em \$8,40, mas supera \$15,00 o preço do dólar no mercado paralelo, conhecido como “blue”. A média salarial é cerca de 5.400 pesos, enquanto a cesta básica supera os 11.000 pesos. As aposentadorias são de indigência, assim como os planos sociais. Aumentou a distância entre ricos e pobres.

A dívida externa aperta cada vez mais

os cofres oficiais (ver O governo que mais pagou) e Cristina fala que estamos nos “desendividando”. O fato é que a dívida ainda cresce como bola de neve desde a ditadura aos dias de hoje, mesmo já tendo sido paga várias vezes ao longo destes 40 anos.

Cristina
Kirchner
e seu
duplo
discurso.



Sucesso da greve geral

A ascensão operária e popular, para além dos ritmos diferentes segue se expressando. Em 28 de agosto aconteceu a segunda greve geral do ano. A paralisação anterior, que ocorreu em 10 de abril também tinha sido importante. Desta vez não contou com a adesão da UTA (União do Transporte Automotor – motoristas de ônibus). Durante a greve circularam os ônibus interestaduais, embora fossem quase vazios. Viveu-se uma jornada de feriado. Em muitos parques industriais, como na zona norte da baixada de Buenos Aires, a paralisação foi maior do que a greve anterior. No interior da Argentina também se sentiu a medida, embora com desigualdades. A paralisação se transformou em mais um protesto político do movimento operário contra o governo, que se uniu para enfrentar: as demissões; o imposto ao salário que se paga por trabalhar (conhecido como imposto aos ganhos); a perda salarial e o ajuste. Cabe citar que esta luta ocorreu mesmo com uma CGT (Central General de los Trabajadores) governista que não parou (indústria automotiva, metalúrgicos e outras categorias) e uma CGT opositora (Hugo Moyano) que lançou a paralisação de forma burocrática, convocado de uma semana para outra.

Previamente à greve, duros conflitos aconteceram nas fábricas automotivas e de autopeças, como na Gestamp (autopeças espanhola que tinha demitido dezenas de ativistas e representantes sindicais e Lear (autopeças ianque que tinha feito o mesmo, mas onde se conseguiu a reincorporação dos representantes que logo a burocracia do sindicato Smata – com apoio da patronal e o governo – revogou

o mandato deles. Faliu a gráfica estadunidense Donnelley, deixando 400 famílias na rua, mas logo foi colocada a funcionar por seus trabalhadores mediante uma cooperativa na qual exigem a estatização sob gestão operária. Também pararam os docentes organizados nos Sutebas combativos (sindicatos de 9 seções docentes de Buenos Aires que tinham sido ganhos da burocracia kirchnerista). Este triunfo aconteceu pela primeira vez contra todos os setores da burocracia, com uma altíssima adesão onde dirige a oposição e surgindo a plenária provincial docente opositora, como eixo de coordenação.

Agora se inicia a batalha pela continuidade da mobilização, com um plano de luta nacional. Por uma nova paralisação de 36 horas com mobilização na Praça de Maio (em frente à casa do governo nacional). Embora os dirigentes opositores só proponham convocar uma marcha, não se pode descartar a possibilidade de adotar novas medidas nacionais nos próximos meses, devido à revolta dos “de baixo” e aos necessários acomodamentos de uma burocracia que se postula como alternativa perante a um futuro governo anti K (Kirchner) e que tenta fechar espaço para o sindicalismo combativo que, embora embrionário, segue se desenvolvendo.

O governo “quer chegar bem”

Foi desse jeito que o destacou há algum tempo atrás Cristina Kirchner, presidenta da Argentina. Tenta ganhar espaço fortalecendo seu duplo discurso. Nestes meses ela está firme com a campanha “pátria ou abutres” conseguindo alguns ganhos políticos circunstanciais, se mostrando como quem enfrenta os

credores internacionais que detêm títulos da dívida que não entraram na troca da dívida externa; no movimento operário apregoa que não se deve pedir aumento de salário porque é preciso preservar o emprego. Ainda assim, não conseguiu evitar a greve geral nem frear a revolta popular. Sua gestão é desaprovada. A imagem negativa da presidenta cresceu 43%, recuando os 07 pontos que tinha ganhado no enfrentamento à sentença do juiz norte-americano Thomas Griesa, que está no caso do pagamento aos detentores de títulos.

Os candidatos kirchneristas à presidência estão mal. Há 07 postulantes K. Essa divisão tem obrigado o filho da presidenta Máximo Kirchner a ser orador principiante num ato do agrupamento político K La Cámpora. Desconhecido na política, ele nunca tinha falado em público porque se dedicava a cuidar dos voluptuosos negócios de seus pais na Patagônia, mas pediu para que deixem que sua mãe seja apresentada nas próximas eleições. Algo impossível, já que o impede a Constituição. Uma nova reeleição só seria possível com dois terços dos votantes no parlamento, proporção que o governo não tem após a perda de 4 milhões de votos nas eleições legislativas de 2013. Esta perda de votos demonstra a debilidade de um governo repudiado tanto pelos “de cima” – vide os atritos com setores patronais, que antes recebiam sua parcela (por via de subsídios milionários), fruto de um modelo patronal virtuoso, mas que agora está decadência – quanto pelos “de baixo”, devido a um descontentamento social que cresce.

O governo foi atingido por fatos de grande alcance nacional. O vice-presidente Amado Boudou é recordista

em envolvimento em casos de corrupção. Apossou-se da ex-gráfica Cicconne através de uma empresa fantasma (que imprime notas com o rosto de Evita e as cédulas eleitorais da Frente para a Vitória – coligação do partido do governo) e forjou informações para se apossar de carros e propriedades. Uma juíza ameaçou com a busca e apreensão na Casa Rosada (casa do governo) se não dão para ela informações sobre chamadas comprovadas entre narcotraficantes e funcionários em cargos de confiança do governo.

O governo tem apelado à lei “antipiquetes” (regulação do protesto social) com a tentativa de dar cobertura legal à repressão que aplica – cada vez com mais força – nas lutas, criminalizando os protestos, perseguindo os lutadores – como os ferroviários da linha Sarmiento (ver próximas páginas) - e atacando os deputados da Frente de Esquerda (FTI) por apoiar as lutas.

Para amplos setores, começou a ficar claro que esta década foi ganha pelos grandes empresários. Que a disputa com os abutres é para negociar e seguir pagando a dívida. Que o discurso dos direitos humanos acabaram com a chegada do tenente general César Milani (militar envolvido com o golpe militar de 1976) como chefe do Exército.

Para onde vai o país?

Esta questão começa a ser uma grande preocupação. Tudo indica, até agora, que entraremos nas eleições de 2015 de maneira turbulenta, no meio do agravamento da crise econômica e social. O governo segue apoiado pelo imperialismo, pelas multinacionais pelos banqueiros e pelo Vaticano, através do Papa Francisco. Os políticos e burocratas da oposição patronal desejam sucesso a este governo.

Outra possibilidade, muito hipotética, é que se agudizem os atritos com setores empresariais que estiveram apoiando o governo e que, perante a redução do bolo, procurem se endurecer. O que poderia

empurrar para a burocracia sindical governista a se enfrentar com o governo e abrir um caminho de mudanças, como o adiantamento eleitoral, por exemplo. Ou que se dê uma situação similar às jornadas de junho de 2013 no Brasil, através de uma forte expressão popular por salário, contra o aumento das tarifas (luz, gás, transporte etc.) cresceram até 500% em Buenos Aires) ou outra questão social que coloque o governismo em saia justa.

Sabendo disso, o governo aproveita para denunciar uma campanha de desestabilização que existe contra ele, usando as declarações do burocrata sindical Luis Barrionuevo, que previu uma “convulsão

Lear, um duro conflito contra as demissões e a burocracia sindical.



social” para o fim de ano. Palavras que, vem deste governo (como já o fez em outras ocasiões, bem como seus pares latino-americanos, denunciando a “direita”, a mídia não governista, diminuindo todos que criticam o governo e concluindo que estão a favor dos “abutres”), com o objetivo de tentar frear as lutas, perseguir os lutadores e encobrir seu ajuste capitalista.

Nesse marco, todos os candidatos estão em campanha eleitoral. Para as massas, 2015 ainda está muito longe. O que domina é a apatia e a rejeição a esses políticos, que estão distantes de suas necessidades. Todos coincidem (governistas e opositores) em respaldar as demissões, o pagamento da dívida, as privatizações e o saque dos recursos naturais. Todos querem governar, com mais ou menos ênfase, para os grandes capitais e o imperialismo.

Nós, socialistas revolucionários, so-

mos contra o governo. Da mesma forma que somos contra Scioli, Massa, Macri, Sanz, Alfonsín, Binner, Carrió e Solanas. O fato de que todos estejam viajando pelo país para tentar agregar votos no meio da crise, faltando ainda um ano para as eleições presidenciais, mostra a debilidade dos aparatos tradicionais, que ficaram abalados com o Argentinaço e estão longe de se recuperar.

Por uma saída de fundo

Nós, lutadores e a esquerda revolucionária devemos levantar um programa operário e popular perante a crise. Além de lutar pelas reivindicações mais sentidas

da classe operária (aumento do salário, proibição das demissões e suspensões, estatização de toda empresa falida ou que esteja demitindo trabalhadores, anulação do imposto ao salário), devemos levantar a consigna do não pagamento da dívida externa, exigindo que seja encampada pela CGT-Moyano e CTA-Micheli. Toda a dívida é abutre ou um roubo de agiotas. Por dinheiro para salário, trabalho, saúde, educação e moradia, não para os usurários da dívida. Pela nacionalização dos bancos e o comércio exterior. YPF (petróleo) 100% estatal. Nacionalização do petróleo e o gás. Reestatização de todas as empresas privatizadas sob gestão dos trabalhadores e usuários. Colocando todos os mecanismos da economia a serviço do povo trabalhador.

É preciso lutar por uma nova direção sindical e política do (confirmar se é

DO movimento operário ou PARA o movimento operário) movimento operário. Postulando o Encontro Sindical Combativo (ESC), que convocou uma plenária nacional em 25 de outubro. Somando organizações, sem sectarismo nem autopromoção. Apostando numa coordenação que expresse a base e suas correntes, respeitando a identidade e a força de cada organização. Com o “Perrero” Santillán (servidores municipais de

Jujuy); o “Pollo” Sobrero e o corpo de delegados da linha do trem Sarmiento e a Seccional Oeste da União Ferroviária, junto a outros valiosos dirigentes.

Uma recente pesquisa põe a Frente da Esquerda (FIT) com 5,9% para presidência em 2015. Porcentagem que supera os 1,2 milhões de votos obtidos no ano passado, mostrando que aumenta a proporção de pessoas que gira à esquerda. Um voto radicalizado por uma saída de fundo

para o país. Esquerda Socialista chama a seguir fortalecendo a unidade da esquerda conseguida na FIT, apresentando uma alternativa operária e socialista nas lutas e nas eleições para capitalizar em 2015 a ruptura de milhões com os velhos partidos. Levantando bem alto as bandeiras da independência de classe apresentadas no programa da Frente da Esquerda contra todas as variantes patronais e da centro-esquerda que já têm fracassado. □

Crise da dívida

O governo que mais pagou

A dívida segue sendo o grande problema que voltou a estourar. A sentença do juiz estadunidense Thomas Griesa, favorecendo a demanda de 1% dos detentores de títulos que não entraram na troca que o governo fez de 2005 e 2010, jogou tudo pelos ares. A campanha oficial “pátria ou abutres” é para encobrir a decisão de seguir pagando uma dívida ilegítima, fraudulenta e impagável. A sentença lanque é um repudiável ato de colonização em pleno século XXI. Mas foi o Kirchnerismo quem aceitou se submeter à justiça imperialista quando assumiu o poder e renegociou a dívida.

Com o falso discurso de “estamos nos desendividando”, Néstor Kirchner antes primeiro e Cristina Fernández de Kirchner depois fizeram o país acreditar que estaria avançando rumo à independência das imposições do capitalismo imperialista. Mas era justo o contrário.

No ano 2000 um juiz federal declarou a dívida externa como ilegítima e derivou ao Parlamento a decisão política a ser tomada. Posteriormente, a rebelião popular do Argentina de 2001 impôs o não pagamento. Ao invés de usar esses antecedentes para deixar de seguir enviando bilhões de dólares aos “credores” internacionais, o kirchnerismo fez o contrário. Legalizou velhos títulos através das trocas (legitimando novamente dívidas não pagas), pagando à vista até nossos dias com dinheiro dos aposentados (Anses ou INSS), as reservas do Banco Central (que foram reduzidas de 50 a 28 bilhões de dólares), e outras caixas estatais.

Pouco depois de assumir este governo, se deviam 145 bilhões de dólares. Já pagou 190 bi e agora continua devendo 250 bilhões

de dólares, segundo valores do próprio governo. Somados a outros gastos que o governo não contabiliza, a dívida atual se eleva a 320 bilhões de dólares, mas com o risco de que se todos os detentores de títulos iniciassem processos semelhantes, se entraria num “insignificante” incremento de entre 120 e 500 bi de dólares de dívida total. Uma bola de neve que está distante de acabar, como afirmou o ministro da Economia Axel Kicillof.

O governo indenizou a empresa de petróleo Repsol (6 bi) e se comprometeu a pagar integralmente ao Clube de Paris (governos imperialistas) 10 bi. Ele acreditou que cumprindo bem os compromissos econômicos, cativaria as multinacionais e os banqueiros para que viessem investir. Porém, desde que o mundo é mundo e o capitalismo é imperialismo, sempre se salvam as classes dominantes, não os países dependentes como o nosso.

Os únicos investimentos que “vieram” são para o saque, como os da Barrick; Chevron ou os capitais chineses associados às multinacionais imperialistas. Por um lado, o governo acaba com o país pagando a dívida e por outro, aspira que venham investimentos. Uma lógica que não se justifica.

Nas mãos do governo estourou a palavra de ordem “Argentina paga 100%”. Por pagar, estamos rumo a uma crise maior: Tudo isso com o acompanhamento cúmplice dos políticos da oposição patronal: Scioli, Massa, Macri e o Unen de Binner-UCR, que criticam, mas “acompanham” os pagamentos pontualmente. E do acompanhamento do Mercosul e da Unasul, considerados por Cristina, Dilma, Evo Morales, o chavismo

e Correa como fóruns de “integração latino-americana”, mas que na prática orientam o plano argentino de negociar para pagar.

A ONU tem se pronunciado por decisão majoritária (com o voto contra dos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha e Japão, entre outros) por acompanhar as renegociações das “dívidas soberanas”. Para não deixar nas mãos dos “juizes” como Griesa a condução dos pagamentos da dívida, e dirigir institucionalmente, buscando uma autoridade supranacional para impor mais planos de ajuste e obrigar a seguir pagando.

Os governos latino-americanos nunca chamaram seus povos para resistir e suspender os pagamentos mediante uma frente de países endividados. Neste caso teria havido dinheiro para investir em trabalho, salário, aposentadorias, saúde, educação, moradia e transporte, e nossos países seriam “potências”. Se além de desconhecer os pagamentos, se aplicassem medidas libertadoras rompendo os laços econômicos e políticos que nos amarram ao imperialismo, como expropriar as multinacionais e nacionalizar os bancos e o comércio exterior; se avançaria na independência definitiva.

Nosso partido luta por um governo dos trabalhadores e o socialismo para impor essa saída. Entretanto, chama a lutar pelo não pagamento das dívidas.

J.C.G.



Os ferroviários do Sarmiento encabeçaram uma grande marcha unitária para a Praça.



Não à perda da estabilidade!

Mais uma vez o governo ataca os ferroviários combativos do trem Sarmiento, encabeçados pelo dirigente Rubén “Pollo” Sobrero. É parte da criminalização dos protestos que cresce com o governo “dos direitos humanos”.

O ministro dos Transportes e um dos pré-candidatos a presidente pela Frente para a Vitória de Cristina Kirchner, Florêncio Randazzo, denunciou judicialmente e iniciou um pedido de retirada da imunidade sindical (retirada do amparo do agremiado, prévio anterior para uma demissão) contra os delegados do trem Sarmiento. Sem nenhuma prova acusou a Mônica Schlotthauer, Edgardo Reynoso, Luis Clutet e Rubén Maldonado, e a Júlio

Kapelinsky – do setor de limpeza, de supostamente “atentar” contra os trens, mostrando fotos com lixo jogado num vagão e um vídeo onde se mostra os companheiros subindo num deles. Não teve nenhum dano nem destroço. Muito menos um atentado, palavras próprias da Lei Antiterrorista.

O ministro anunciou o ataque o mesmo dia da exitosa greve geral da CGT opositora em 28 de agosto, que contou com adesão unânime dos ferroviários, numa massiva assembleia de 800 companheiros.

O governo os acusa de não “cuidar os trens”, novos vagões comprados com a ditadura Chinesa, extremamente caros, em detrimento da indústria nacional. O governo está em campanha, mostrando uma “revolução ferroviária” para esconder o massacre da estação Once, quando

ocorreu o choque de um trem sem freios contra uma estação, que levou a 52 mortes de passageiros e mais de 800 feridos. Tudo por culpa do sucateamento ferroviário denunciado pelos delegados.

O governo ataca os dirigentes sindicais que são exemplos de luta e democracia sindical, não só entre os ferroviários, mas também para o conjunto dos trabalhadores. Sobrero já foi acusado de “queimar trens” e foi absolvido. Todos os processos anteriores caíram, sem provas, perante o repúdio ferroviário e popular.

Sobrero e os delegados do Sarmiento e da regional Grande Buenos Aires Oeste, conquistada pela oposição contra o burocrata assassino José Pedraza (que está preso após assassinar o jovem Mariano Ferreyra), são pontos de referência do sindicalismo combativo, e também uma das referências nacionais do Encontro Sindical Combativo que aconteceu no clube Atlanta, agrupamento antiburocrático que surgiu há uns meses num plenário onde 2.500 dirigentes de todo o país deram impulso a essa experiência, que age como polo de coordenação contra a burocracia sindical. Além disso, são os ferroviários do trem Sarmiento que estão brigando pela reestatização de todo o sistema ferroviário sob gestão dos trabalhadores e usuários.

A perseguição aos ferroviários é parte de uma caça de bruxas contra todos aqueles que se organizam e desafiam o governo. Atualmente, mais de 6.000 lutadores sociais se encontram processados.

Os ferroviários se reergueram

Estão impulsionando uma importante campanha nacional e internacional em repúdio às perseguições. Receberam o apoio de importantes organizações sindicais e políticas de muitos países. Na Argentina foi feito por Hugo Moyano (CGT opositora), Pablo Micheli (CTA), a Federação Universitária Argentina (FUA), Federação Universitária de Buenos Aires (FUBA); deputados, legisladores e organismos dos direitos humanos. A campanha foi aprovada numa nova e massiva assembleia ferroviária, a qual aprovou também uma marcha unitária à Praça de Maio – na frente da casa do governo – que ocorreu em 17 de setembro com

um ato sob a palavra de ordem “se mexem com um, mexem com todos”. Com uma presença importantíssima de todo o campo sindical, social, corpos de delegados, internas, regionais, sindicatos e partidos da esquerda. Também familiares do massacre no acidente da estação Once, mostrando a força da base para defender seus dirigentes, chegando a votar uma paralisação se o governo não recuar.

É preciso seguir impulsionando a campanha em defesa dos companheiros até conseguir frear este novo ataque que aponta contra os dirigentes que lutam contra o ajuste do governo, as patronais e a burocracia sindical.

Pronunciamentos internacionais

A campanha de pronunciamentos teve grande adesão nacional e internacional. No país somaram seu repúdio a CGT (Hugo Moyano), CTA (Pablo Micheli), a FUA; parlamentares como Cláudio Lozano, Margarita Stolbizer (UNEN), Nestor Pitrola (PO), Nicolás Del

Caño (PTS), Angélica Lagunas (Izquierda Socialista), entre outros, e uma longa lista de personalidades, dirigentes e lutadores sindicais de todas as correntes. Aqui destacamos a adesão interna cional, que inclui sindicatos ferroviários da Alemanha e a Espanha.

Alemanha: Claus Weselsky, presidente de Junta Dir. Sind. Cond. Trenes (GDL); KR.D.; **Bolivia:** Jaime Solares Quintanilla (COB); Juan Fernando Rojas (concejal Copacabana); Eliseo Mamani Bautista (maestros rurales Pachakuti); Gualberto Arenas Zambrana (Sec. Gral. PT, dirigente campesino); Mario Martínez (Sec. Ejec. PT-minero Huanuni); Gonzalo Sanjines Portugal (ARP La Protesta); María Lohman (Somosur-Cochabamba); Juan Acosta (ex Sec. Ejec. COB Beni); Vladi Mendoza Majón (Fed. maestros urbanos Cochabamba); Humberto Balderrama (Sec. Ejec. Com. Social-UMSA); **Brasil:** Luciana Genro (candidata presidente PSOL); Tarcisio Motto (cand. PSOL Río Janeiro); Babá (dirigente PSOL/CST); Pedro Rosa, (cand. senador Río CST/PSOL); Associação Nacional Sindicatos Independientes UNIDOS PRA LUTAR; Wellington Cabral, (dirigente Sind. Químicos São José dos Campos-São Paulo); Neide Solimões (Exec. Nac. Condef); SINTSEP/PA: Silvia Leticia Luz (Sec. Gral.); Aguinaldo Barbosa, Gerson Lima, Alimar Barreiros, Maria Consolação, Luiz S. Botelho, Eduardo Pimentel; Raimundo Gilberto André Tavares; Joyce Cordeiro; Wendel Bezerra y Raimundo Brito (Directivos); Miriam Sodrê y Carlos Alberto (Sintep/Belém); Andrea C. Solimões y João Santiago (Dir. ADUFPA); SINDTIFES: Katia Rozangela (Coord. Gral.); Afonso Modesto, Eduardo Magno y Zila Camarão (Directivos); José E. Almeida y Virgilio Moura (Pres. y vice Asconpa); Same Parafita e Irlei B. Araújo (Dir. ASCONPA); SD Passinho y CB Quadros (Dir. Admipa); Marcio Amaral (Membro CIPA-Viação Forte); Rosana Oliveira (Pres. Assesmub); Ana C. Chagas (Vice-Pres. CRESS); **Estado Español:** Sindicato Ferroviario de la Confederación Intersindical del Estado español; El Prat de Llobregat (Alternativa de Izquierdas-Barcelona); CGT española/Ángel Bosqued-Secretaría Relaciones Internacionales (www.cgt.org.es); España: Federación de Enseñanza CGT-Cataluña (María Esther del Alcázar y Fabregat-Secretaría de Organización); CGT Cataluña (Confederal-Secretariat Permanent-Barcelona (Ermengol Gassiot Ballbè, Secretari General CGT de Catalunya); Corriente sindical "por un giro sindical a la izquierda"-CCOO-Girona; Las Dones Libertàries de la CGT de Catalunya (Mujeres Libertarias de la CGT de Catalunya); Lucha Internacionalista (LI) Estado Español; **Estados Unidos:** Brian Jones, candidato a vice gobernador por New York, Partido Verde; **França:** Grupo Socialista Internacionalista (GSI); Jean-L. Davier (Com. Exec. FAPT); Griselda Michel-Whitford (Bureau Dep. Educ.); Pedro Carrasquedo (Com. Exec. Culture); Serge Vinet (Sec. Gral. Union Sind. Bassin); Pascal Descamps (Del. Sind. Educ.); Safia Amghar (Tes. Dep. Educ.); Abdallah Amghar (Tes. Dep. Educ.); Michel Gagliano (Chem. S. Etienne); Antoine Albizzati, Daniel Closson, Danielle Gautier, Tony Kabbaj, Claude Monnier y Chantal Urbaniak (CGT); Agnes Simon (CGT FERC-Sup); Marion Paris (Union Synd. Commerce); Grégory Marchand, Loic Geffrotin, Yasmina Abbou, Mekki Karmous, Melissa Poncet, Veronique Vital y Cyrielle Lelay (CGT Educ.); Simon Carret (Solidaires CCFR CSL); Alexandro Boustamante (Solid. Etudiants); Stéphanie Marchand (Sud. Educ.); Daniel Petri; Ashley Arguello; Thomas Blaison; Frey Blandine; Farah Chalabi; Mathieu Chapot; Gabriel Chauvet; Clementine Coedes; Gisèle Darras; Jean-Charbel Fakoury; Amine Fennane; Séléne Mallet; Mélanie Martin; Aurélie Métivier; Vincent Nicolas; Maitena Plumain; Juliette Thuillier; Michelle Whitford; Julien Flambeaux; Raoul Guzman (Groupe Soc. Internationaliste); Mathieu Demaret; Alexandre Zucal; Alexandre Gourmelon;

Hugues Montano; Emeric Tellier; Bastien Borie; Ilonka Siegel; Marie Rasmussen; Eduardo Galvez; Alexia Vandaél (CGT Col. Liberté); Frey Rémy (CE SPACS-CGT); Charmoillaux Julie (CGT); La Commune; GS Démosphère; Vladimir Susanj, Pierre-Yves Chiron, Isabelle Foucher, Robert Ducrot, Guy Bernard, Hubert Gauthier, Dimitri Douillot, Eric Desrues, Pierre Pilard, Patricia Ducrot y Patricia Certain (CGT Archives); **Chile:** Rainier Ríos (MST); Mario Mendoza Bravo, Director Secretario Fed. Reg. Municipales rural Costa región Metropolitana, Luis Mesina, presid. Confed. Sindicatos Bancarios, Marcel Claude, ex candidato a presidente (TALM), Jorge Guíñez, presid. C. estud. Ed. Física; **Grécia:** OKDE; **Honduras:** Igor Calvo (militante del FNRP); **Panamá:** Priscila Vázquez (dirigente trabajadores Seguridad Social); Iraida Cano (Secretaria de Finanzas de la Asociación de Empleados de la Caja de Seguro Social -AECSS-); la poetisa y cuentista Indira Moreno (directora de la Revista Cultural "Panamá Vive"); Virgilio Araúz (dirigente del Partido de las Trabajadoras y los Trabajadores de Panamá -PTP-); Diógenes Sánchez (Asociación de Profesores de la República de Panamá); Carlos Peralta (Asociación Nacional de Practicantes Auxiliares y Técnicos de Enfermería); Alejandro John (Secretario General-SITRAF-COREBGASCCELIS- (Coca Cola, cervecería nacional y otras); Aurelio Robles (Movimiento Alternativa Socialista); **Perú:** Hugo Blanco (dirigente campesino); Enrique Fernández Chacón (ex diputado nacional y dirigente Uníos en la Lucha); **México:** Jesús Torres Nuño (Pte. Cons. Adm. Trab. Democráticos Occidente); Enrique Gómez Delgado (CE POS/MAS); Leda Silva Victoria (Colectivo SNTE); José Luis Vega (Trab. Sec. Ext.); Diana Sánchez Juárez (Trab. y Prof. Relac. Ext.); Armando Jiménez Leyte (Sind. Transporte Público D.F.); Marcos Vargas Cuevas (Sind. Univ. Autónoma Metropolitana); José Manuel Pérez Vázquez (Jubilados Sind. Electricistas); Juan José Gómez Beristáin (Electricistas); Benito Belmont Ponce (Prosec. Alianza Tranviarios); Juan Manuel Soto Martínez (Relac. Púb. Trab. Pascual); Cecilia Juárez Coello (Sind. Inst. Nac. Vivienda); Esmeralda Medina Castañeda (Procuraduría Social); **Turquía:** DSK (central sindical Turquía); Sedat Durel (Sec. Gral. Sind. Trab. Revolucionarios Telecom. y Telecom.); Sungur Savran (Pres. PRT); Cihan Yılmaz (Preso político rebelión Parque Gezi); Sadi Ozansu (Pres. KP -Partido Hermandad de los Trabajadores); Ali Ekber Binici (Jefe Barrio Karadolap); Çayan Dursun (ex jefe Secc. Estambul Sind. Trab. Transporte Motorizado); Mete Emre Ö ütmen (IDP); **Venezuela:** Marcela Máspero, Elpidio Rojas, Edgard Jiménez y Ulice Rodríguez (Únete); Orlando Chirino (CCURA-PSL); José Bodas (Sec. Gral. Fed. Petroleros); Miguel Hernández (PSL); Orlando Chirinos (Pres. Alianza Nacional Trabajadores Cementeros); Aldo Torres (Sec. Ej. Fetraelec); Pedro Peña (Pres. Sind. Trab. Constr. Lara); Tomás Flores (Fed. Unit. Sind. Bolivarianos Carabobo); Pedro Briceño (Caja Ahorros Trab. Energía Eléctrica Barquisimeto); Rolando Gaitán (Asoc. Profesores); Mario Manjarret (Dir. Sind. Piovesan); Wilfredo Querales (Sec. Org. Sintramerca); José González (Del. Sind. Eléctric.); Reinaldo Sánchez; Raúl González; Rafael González (Unión Trab. Rev.); Alberto Domínguez; Roberto Yépez (Op. Obrera); Oswal González y Jorge Ventura (Topo Obrero); María Emma Figueredo; Edgar Silva (Comité DD. HH.); Carlos Díaz Peña; Josefa Contreras y Néstor Cortez (Bandera Roja); Miguel Devies (Mov. Magist. Simón Rodríguez); Eduardo Caridad (Dir. Social); Félix Saavedra (Asisoagrop); siguen firmas [...]



Até no supermercado do estado PDVAL há desabastecimento.

O governo Maduro se desgasta enquanto cresce o descontentamento social

Por: Miguel Angel Hernández*

Como disse um conhecido comediante, os venezuelanos têm se transformados em olheiros de bolsas alheias. Efetivamente, os trabalhadores, suas esposas e todo o povo, andam pelas ruas do país olhando nos pacotes que levam as pessoas na mão ou na bolsa e perguntando para eles: “senhora, onde conseguiu farinha de trigo?” ou onde encontrou óleo, papel higiênico ou qualquer produto que tem sumido dos supermercados?

Na Venezuela a vida cotidiana dos trabalhadores é uma verdadeira calamidade. Uma inflação que nos primeiros 08 meses do ano já chega a 40%. Uma profunda crise

da saúde com epidemias de dengue e chikungunya. Graves problemas de desabastecimento que obrigam os venezuelanos e venezuelanas a perambular de um lugar para outro buscando encontrar os produtos para completar a alimentação. A crise elétrica continua especialmente nas províncias do interior do país. O governo tem garantido o serviço elétrico em Caracas, sabendo do potencial explosivo que seria uma crise na capital. Agora, tem começado uma onda de demissões em distintos setores, especialmente no automotor, pelo qual foi convocada recentemente uma paralisação de 24 horas. Também há suspensões de trabalhadores nas fábricas. Turmas completas são enviadas por jornada para suas casas, recebendo salários reduzidos. São violados os contratos coletivos, tudo com o

consentimento do governo através das Inspetorias do Trabalho que respaldam estes atropelos como parte dos acordos entre o governo Maduro e os empresários. Enquanto isso, os operários da indústria do aço Sidor seguem sendo a vanguarda do enfrentamento ao plano de ajuste do governo. Não obstante, a greve deles começa a ceder, pelas pressões do governo e a burocracia sindical chavista para impor o contrato. Três trabalhadores teriam sido detidos pelo Sebin (Serviço Bolivariano de Inteligência) e existiriam umas 300 qualificações de demissão.

A origem dos males: uma grave crise econômica

A crise tem sua gênese na crise

*Secretário geral do Partido Socialismo e Liberdade (PSL)

mundial do capitalismo, com especificidades próprias de nosso país. Não se trata de uma suposta “guerra econômica” ou do contrabando, que são os argumentos por trás dos quais se esconde o governo para ocultar o fracasso de seu modelo econômico de colaboração de classes. Os empresários e comerciantes aproveitam a escassez para especular e incrementar os preços. Não se trata de falhas no “modelo”, como afirmam tanto a patronal quanto a maioria de seus economistas, que reduzem a crise a falhas internas, esquecendo as externas. A rigor, há uma combinação do impacto da crise mundial e do fracasso de uma política econômica que só tem beneficiado os importadores, os bancos e alguns setores como o petroleiro e das telecomunicações. A base interna da crise econômica da Venezuela está determinada por uma queda brutal da capacidade produtiva do país, que tem levado a depender cada vez mais das exportações petrolíferas e das importações. Hoje, de cada 100 dólares que ingressam no país por exportações, 96 provem do petróleo. A Venezuela tem sido no último século um país monoprodutor (petróleo) e pouco produtivo industrialmente. Em 1999, ano em que assumiu o poder Hugo Chávez, de cada 100 dólares, 68 provinham das exportações petrolíferas. Esta situação tem se aprofundado nos últimos 15 anos. O país hoje é importador de derivados do petróleo, como gasolina, devido a falhas operativas da Pdvsa e, em particular, das refinarias. Por outro lado, na última década o crescimento das importações tem sido muito maior que das exportações, enquanto as dívidas interna e externa têm crescido de maneira importante. A dívida pública total em 2013 chega a mais de 115 bilhões de dólares, o

que significa um aumento de 9,9% em relação a 2012, enquanto que a dívida externa está em 44, 791 bilhões de dólares. No ano eleitoral de 2012, com Chávez já doente e diante do desgaste que se evidenciava na sua gestão, o governo incrementou exageradamente o gasto público. Dedicava grandes somas de dinheiro na campanha eleitoral, na Grande Missão Moradia Venezuela e em importações, que chegaram em 2012 a mais de 56 bilhões de dólares, para garantir os votos necessários e se manter no poder. Esta combinação de fatores tem gerado uma escassez relativa de divisas (dólares), situação muito grave para um país que depende altamente das importações. A queda das reservas internacionais de dólares dificulta a obtenção no exterior de produtos e insumos necessários para a produção. A esta situação se somam às pressões do setor empresarial para obter aumentos nos preços regulados, e a um aumento de mais de 70% na massa monetária (quantidade de bolívares em circulação), provocado pela impressão alopada de dinheiro por parte do BCV, sem respaldo na produção. Estas ponderações explicam a escassez de produtos para o consumo em massa, que no mês de março passado foi de 28% (último valor oficial disponível), e a elevada inflação, que em 2013 terminou em 56,2%.

Esta escassez relativa de divisas impede cumprir os compromissos. Não há dólares suficientes para importar matérias primas, nem pagar dívidas ou adquirir outros insumos. Como já mencionamos, caem as reservas internacionais. Mas, o governo continua desvalorizando a moeda, atingindo cada vez mais o salário dos trabalhadores. Estamos num contexto de estagnação (estagnação da economia com alta inflação)

O governo optou por um plano de ajuste contra os trabalhadores

Diante disto, o governo Maduro aprofunda o ajuste para jogar a crise nas costas dos trabalhadores. Continuam os aumentos de preços. Os mais recentes são do leite, do milho, do arroz e dos produtos de higiene pessoal. Houve aumento das tarifas de transporte e da eletricidade. Enquanto se posterga o aumento do combustível e a nova desvalorização, medidas muito sensíveis que o governo não vai demorar em instrumentar. Por enquanto, eles buscam consenso com a burguesia e a MUD, e o momento político adequado para aplicá-las. O ajuste do governo do PSUV está se aplicando em conta-gotas, sobre a base de um acordo com o empresariado agrupado na Fedecâmaras e a Empreven (organização que agrupa os chamados boliburgueses). Numa entrevista a Jorge Roig, presidente da Fedecâmaras, publicada no jornal El Universal, o chefe das patronais afirmou que as relações com o governo são hoje melhores que no passado. Sente-se contemplado de que tenham se revisado os preços de vários produtos regulados, reivindica o Sicad II (um dos mecanismos de entrega de dólares oficiais) e a desvalorização executada pelo governo, e chega ao cúmulo de reconhecer que foi flexibilizada a inamovibilidade trabalhista e as qualificações de demissão. Estas declarações evidenciam um pacto firme entre o governo e as patronais. Como se concretiza este acordo? O governo está aumentando progressivamente os preços dos produtos de primeira necessidade, especialmente os alimentos, que num ano aumentaram em 91%. Os empresários pressio-

nam o governo exigindo aumentos argumentando que a produção não é lucrativa. Então, o governo logo aumenta os preços. As patronais continuam pressionando alegando que os aumentos não são suficientes, e ameaçam com mais desabastecimento. E continua o círculo infernal da inflação. O outro aspecto do acordo é a flexibilização da inamovibilidade trabalhista existente no país. Já se preparam 800 demissões nos centros de produção do açúcar, nacionalizados e controlado pelo estado, que serão efetuadas proximamente. Mais de 1500 preparações de demissão no setor automotor; outras 13 em

Sidor e cerca de 100 na Venalum, empresa estatal do alumínio. Assim ocorre em numerosas empresas públicas e privadas. Outra expressão dos acordos com a patronal são as suspensões de trabalhadores, os quais são enviados para suas casas com a metade do salário e a violação das cláusulas de contrato, tudo com a aprovação das Inspetorias do Trabalho. Da mesma forma se negam a discutir os contratos coletivos, ou os impõem de acordo a sua conveniência, como no caso de Sidor. Enquanto o governo, em aliança com a patronal, lança um plano de ajuste, (cujos custos estão sendo pagos pelo povo trabalhador), combina com o

governo chinês estabelecer zonas econômicas especiais com todo tipo de vantagens para as transnacionais; envia sinais ao imperialismo se reunindo em Nova Iorque com o Conselho Judeu Mundial, e paga religiosamente a dívida externa. Entre outubro e novembro está previsto que o governo venezuelano cancele 7,132 bilhões de dólares aos bancos imperialistas pelo serviço da dívida, que equivale a 47,6% das importações do país entre janeiro e maio deste ano. É certo que o ajuste significará maior deterioração do salário e aumento dos preços. Para conseguir aplicar o plano de ajuste o governo continuará com sua política

A greve da Sidor contra o plano de ajuste

A greve da Sidor, que abrange 14 mil trabalhadores e se mantém com idas e vindas por cerca de 10 meses, não foi formalmente suspensa pelo sindicato. O governo tem tentado impor sua política através de José Meléndez, que encabeça a corrente Aliança Sindical. Meléndez era militante de Marea Socialista, ligada ao partido MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores) da Argentina. Esta corrente do PSUV viu-se obrigada a afastar-se deste dirigente, que foi o artífice da tentativa do governo de impor o contrato as escondidas, sem consultar à diretiva do sindicato nem submeter a proposta à aprovação em assembleia dos trabalhadores. Hoje, o conflito está numa espécie de impasse. A greve não tem sido suspensa pelo sindicato, no entanto, muitas áreas da siderúrgica estão paralisadas pela falta de insumos e matérias primas para produzir; e em outras os trabalhadores mantêm a paralisação. O governo, com a pressão da Guarda Nacional e o Sebin (Corpo da inteligência política do Estado), obrigou os trabalhadores a arrancar a área de Planchones, muito

Numa assembleia de Sidor, José Bodas, dirigente petrolero e do C-Cura, expressa sua solidariedade.



importante na estrutura da empresa. Por outra parte, o governo prendeu três trabalhadores acusados de querer tomar a empresa com armas. Estes trabalhadores pertencem à corrente de José Luis Hernández, ligado ao chavismo e presidente do sindicato, quem se manteve encabeçando o conflito devido à pressão da base operária, disposta a continuar a greve e em franca ruptura com o governo Maduro. Igualmente, o governo tem introduzido treze qualificações de demissão contra igual número de trabalhadores, todos ligados à corrente de Hernández. Nosso partido, através de C-CURA, vem apoiando com força à greve e respaldando os setores classistas que nas distintas áreas da empresa mantêm a resistência

à tentativa do governo de fazer passar um contrato que não foi aprovado em assembleia pelos trabalhadores. Nesse contexto se apresenta nossa política de convocar um ato de solidariedade com participação de todas as correntes sindicais, sem distinção de posições políticas e ideológicas, com especial protagonismo dos sectores classistas em Sidor, nos sindicatos das empresas básicas de Guayana (ferro, alumínio, elétricas, entre outras), que manifeste a solidariedade da classe ao conflito e a luta dos sidoristas pelo seu contrato. Esta iniciativa potenciará as lutas dos trabalhadores na Venezuela e seria um duro golpe à tentativa do governo de impor seu plano de ajuste.

de criminalizar os protestos com o objetivo de disciplinar o movimento operário e popular, utilizando o argumento da “desestabilização da direita”. Porém, isto é uma arma de dois gumes, visto o crescimento dos protestos sociais.

Ventos de negociação com a oposição burguesa

Neste marco, uma vez mais se retomam as tentativas de diálogo e negociação com a oposição burguesa agrupada na MUD. Uma evidência desta política foi a movimentação acerca de Iván Simonovis, um dos chefes policiais que encabeçou a repressão contra o povo durante o golpe pró-imperialista em 2002. Simonovis recebeu o benefício para cumprir a condenação em sua casa. Este caso é muito emblemático já que a oposição burguesa o trans-

formou numa de suas bandeiras e na principal exigência ao governo para iniciar o diálogo. Toda a oposição agrupada na MUD saudou a medida. A imprensa assinalou que era uma mensagem positiva em função de restabelecer as mesas de negociação com o governo Maduro. Henry Ramos Allup, secretário geral de Ação Democrática, integrante da MUD e do partido histórico da burguesia venezuelana, relacionou a medida com as negociações que mantêm com representantes do partido do governo para a designação dos novos integrantes do Conselho Nacional Eleitoral e o Tribunal Supremo de Justiça. As negociações acontecem dando as costas às vítimas do golpe de abril de 2002. Estes fatos se combinam com a ponte lançada pelo novo secretário geral da Unasur, o ex-presidente colombiano Ernesto Samper,

que expressou seu interesse em falar com o presidente Maduro em função de restabelecer o diálogo entre a oposição e o governo venezuelano. E mais recentemente, as declarações do Papa Francisco, pregando pelo diálogo entre o governo e a oposição num ato pela paz, onde participaram representantes de distintas religiões e o ministro do Interior e Justiça Miguel Rodríguez Torres. Com estas medidas e fatos, o governo busca o consenso necessário para instrumentar a parte mais dura do ajuste, ou seja, a desvalorização e o aumento da gasolina.

Por um plano de luta e mobilização contra o ajuste

No contexto antes mencionado, o Partido Socialismo e Liberdade e sua corrente sindical C-CURA vem colocando a necessidade de que os trabalhadores e comunidades populares se mobilizem e lutem na rua contra o plano de ajuste instrumentado pelo governo em acordo com a Fedecâmaras e os “boliburgueses”. Propõe a necessidade de realizar encontros sindicais regionais que discutam planos de luta e mobilização, na perspectiva de ir para um grande encontro nacional que vote um Plano Alternativo Operário e Popular, que parta de exigir aumento geral dos salários, salário mínimo igual à cesta básica com reajuste a cada três meses de acordo à inflação, acabar com as demissões, recontração imediata dos trabalhadores atingidos, em defesa dos contratos coletivos e contra a criminalização dos protestos. Tudo com o objetivo estratégico de organizar os trabalhadores em luta e somar forças para convocar uma paralisação nacional contra a política governamental que tenta descarregar os custos da crise no povo trabalhador. □

Encontro Sindical e Popular de Lara

Nos dias 12 e 13 de setembro na cidade de Barquisimeto, estado de Lara, se reuniram uma dezena de organizações sindicais e sociais do estado, a exemplo da Corrente Classista, Unitária, Revolucionária e Autônoma (C-CURA), da União Nacional dos Trabalhadores (UNETE), que encabeça Marcela Máspero, da Aliança Nacional de Trabalhadores do Cimento (ANTRA CEM), e de trabalhadores de Guayana e outras regiões. Repudiaram a política econômica oficial, que tem por objetivo jogar o peso da crise no povo trabalhador mediante sucessivas desvalorizações monetárias, aumentos de preços dos alimentos. Denunciaram também a onda de demissões e a criminalização dos protestos sociais.

Um dos principais acordos do encontro foi a realização de um ato nacional em solidariedade com os trabalhadores de Sidor, em greve

pela defesa de seu direito a corrigir democraticamente sua convenção coletiva e pelo rechaço às manobras do governo. Também foi acertada a realização de uma mobilização regional no estado de Lara em solidariedade com Orlando Chirri no e Osmary Escalona, dirigentes sindicais demitidos por defender os direitos dos trabalhadores, assim como o apoio às lutas operárias que estão acontecendo atualmente na região. Do mesmo modo, se realizará uma concentração em frente à embaixada argentina em apoio aos ferroviários deste país. Com o propósito de dar continuidade ao esforço de realizar ações unitárias de caráter nacional, se acordou a realização de um encontro nacional de trabalhadores em Caracas, onde se avaliará a viabilidade de uma greve nacional contra as medidas econômicas do governo e uma saída operária e popular para a crise.



Milhares protestam no México em repúdio ao assassinato dos estudantes

Pronunciamento do Partido Operário Socialista - Movimento ao Socialismo

Não acreditamos! Fora todos!

Nenhuma confiança nas instituições fraudulentas e corruptas!

Partido Operário Socialista - Movimento ao Socialismo

O pai de um dos normalistas desaparecidos, Felipe de la Cruz, estava certo quando advertiu, depois da reunião que mantiveram com o presidente Enrique Peña Nieto e após o anúncio da detenção de José Luis Abarca (ex-prefeito de Iguala) y sua esposa -supostamente ocorrida na madrugada do 4 de novembro-, que o governo se aprestava a declarar como mortos os estudantes desaparecidos de Ayotzinapa para encerrar a crise aberta a partir dos fatos brutais de Iguala, acontecidos durante os dias 26 e 27 de setembro.

Na tarde do dia 7 de novembro, o procurador geral da República Jesus Murillo Karam, divulgou uma longa apresentação, utilizando imagens de mapas e vídeos com presunçosas declarações de quem supostamente teria executado os 43 estudantes desaparecidos. “Foram os traficantes do grupo “Guerreiros unidos”, concluiu o procurador.

Enquanto isso, a frente de mil empresários na Reunião Anual da Indústria, Enrique Peña Nieto era aplaudido. O presidente declarava que as investigações iriam até as últimas

consequências e que os culpáveis seriam castigados.

Agora supõem saber perfeitamente quem disparou contra os estudantes, quem os sequestrou, qual foi o destino deles, como os assassinara.... Depois de mais de 40 dias! No entanto não esqueceram de dizer que devido ao “alto nível de degradação ocasionado pelo fogo”, talvez não seja possível extrair o DNA e não seja possível comprovar que realmente pertençam aos corpos dos normalistas. Querem que acreditemos em suas palavras, em suas investigações,

em suas conclusões. Não acreditamos!

Estes fatos evocam as montagens que foram a característica anos encaçados pelo Felipe Calderón (Presidente durante os anos 2006 a 2012), orquestradas pelo seu secretário de Segurança Pública, Genaro García Luna. Há uma tentativa para encerrar o caso de Ayotzinapa e a grave crise que vive, não só o governo de Peña Nieto, mas o regime político mexicano e o conjunto das instituições burguesas.

Tentam desarticular um movimento nacional, protagonizado principalmente pelo movimento estudantil, que não acontecia há muitos anos, e que não só representa a raiva e a indignação pela brutal repressão exercida contra os normalistas, mas também manifesta o crescente descontentamento que expressa a maioria da população.

Ninguém esquece que Enrique Peña Nieto chegou ao poder como resultado de uma eleição profundamente questionada, na qual aconteceu uma descarada compra de votos de milhões de pessoas, além da utilização desmedida dos grandes meios de comunicação, especialmente da televisão, para construir sua candidatura e desenvolver sua custosa campanha.

É muito evidente que o retorno ao poder dos priístas (pertencentes ao PRI, Partido Revolucionário Institucional que teve o poder hegemônico sobre o país entre 1929 até 2000) tem servido para impulsionar as reformas que ainda estavam pendentes, que seu compromisso era como as grandes transnacionais e a oligarquia nacional, para criar novas leis e reformar a constituição com o objetivo de entregar uma importante fatia da renda petroleira, consolidar o negócio das telecomunicações para os grandes monopólios, desenvolver uma política fiscal mantendo as isenções para as grandes corporações, permitir a reeleição de legisladores e governos

locais, cancelando a possibilidade de que os cidadãos participem realmente das decisões do governo.

A massiva mobilização estudantil ocupou as ruas com marchas e motins, paralisou as atividades de dezenas de universidades públicas e privadas de todo o país e provocou a solidariedade de milhares de pessoas, gente da classe média, trabalhadores, que se indignaram com o massacre. Nesta mobilização se expressa com mais força a rejeição a Peña Nieto.

Lamentavelmente essa solidariedade ainda não se traduziu numa participação ativa e massiva dos movimentos. Os trabalhadores continuam à margem dos protestos e as paralizações, por responsabilidade principalmente dos dirigentes sindicais e populares que definiram deixar os estudantes sozinhos na sua luta.

Há que destacar que as direções sindicais e populares vinculadas ao priismo fizeram vista grossa aos fatos de Iguala, protegendo o governo de Peña e silenciando de forma cúmplice as atrocidades ocorridas em Guerrero. Nem a CTM (Confederação de Trabalhadores de México) nem a CROC (Confederação Revolucionária de operários), também as organizações populares agrupadas na CNOP (Confederação Nacional de Organizações Populares) ou as campesinas da CNC (Confederação Nacional Campesina) fizeram a mais mínima declaração de condena dos fatos.

Também as organizações que se declaram independentes ou democráticas tiveram à altura dos fatos que sacodem o país. A UNT (União Nacional de Trabalhadores) só organizou, com outros agrupamentos com os que constitui a Frente Ampla Social, uma marcha no dia 28 de outubro, protagonizada principalmente pelo Sindicato dos trabalhadores da UNAM (Universidade Nacional Autónoma de México). No entanto os estudantes realizaram em dezenas

de escolas e universidades a terceira paralização, algumas até de 72 horas, mas os sindicatos independentes não pararam nem uma hora o serviço.

As organizações integrantes da NCT (Nova Central de Trabalhadores), que fizeram fortes declarações contra o governo federal e os partidos políticos diretamente envolvidos nos fatos repressivos, ainda não se somaram às mobilizações nem às paralizações apesar de seus posicionamentos.

A CNTE (Coordenação Nacional de Trabalhadores da Educação) se mobilizou e paralisou as atividades nos estados onde tem maior presença, mas sem coincidir com as mobilizações dos estudantes, desta forma não acontece uma única mobilização nacional que represente uma força maior. Também não se somou às suas paralizações.

A mobilização estudantil, ainda sendo a mais importante acontecida há décadas, precisa convergir com a força da mobilização dos trabalhadores para golpear com força e derrotar o governo e provocar sua queda. Existe o risco e que os estudantes fiquem sós, inclusive que possam se distanciar do resto dos estudantes que ainda não participam ativamente, ficando expostos a ações isoladas e a repressão do governo.

É necessário e urgente apostar na construção de uma grande Frente Nacional de Luta que organize um plano de ação em todo o país e que prepare as condições para uma verdadeira paralisação nacional não só dos estudantes, mas também de cada vez mais trabalhadores, começando pela educação que estão agrupados na CNTE, os que integram a UNT, os mineiros e a NCT.

Existe acordo em realizar um grande encontro nacional estudantil e popular, a Nova Central de Trabalhadores propus que seja no dia 20 de novembro. Há coincidência também



Praça de Zócalo, na Cidade do México, tomada por manifestantes

de que deve haver convergência para criar uma única força de luta nacional contra o governo e o regime.

Sem dúvida, de forma democrática e reconhecendo a pluralidade dos movimentos sociais independentes e democráticos, é indispensável convergir na realização desse encontro nacional, no qual devem estar representadas todas as forças que se oponham ao governo e ao regime, que estejam dispostas a lutar pelos normalistas desaparecidos, para conseguir justiça para os assassinados e feridos, para terminar com a militarização e a política repressiva com a qual pretendem controlar o país e aplicar as reformas aprovadas.

É preciso que se construam pelas bases organizações verdadeiramente representativas dos setores populares mobilizados, que se construam

conselhos gerais de representantes por escola, que sejam permanentes democráticos e muito representativos da base estudantil. Que se construam comitês de base entre os trabalhadores, independentes do controle dos sindicatos pelegos no caminho de gerar melhores condições para sua participação política.

É necessário construir uma força social com os trabalhadores e jovens para avançar na demanda que cresce e se estende nas mobilizações: a renúncia de Peña Nieto e de toda a classe política que está no poder.

Com essa força mobilizada será também possível realizar uma Assembleia Nacional Constituinte, baseando-se numa lei eleitoral verdadeiramente democrática, na qual os deputados eleitos pelos jovens e trabalhadores discutam um novo

projeto de país, que acabe com os partidos corruptos, com o governo e o regime entreguistas e repressivos, onde os socialistas defenderemos que se escolha um governo dos trabalhadores, apoiado em novas instituições de poder popular, construídas pelas bases, para fazer realidade uma nova política econômica e jogar fora as reformas impostas.

- Castigo a todos os responsáveis!
Cadeia para Aguirre Rivero!
- Governo do povo em Guerrero!
- Fora os políticos corruptos ligados ao tráfico e à oligarquia nacional!
- Fora Peña Nieto! Fora todos!

**Partido Obrero Socialista -
Movimiento al Socialismo**
7 de noviembre de 2014

Estados Unidos: depois do assassinato de Michael Brown

Rebelião contra o racismo

Miguel Lamas

Em 08 de agosto em Ferguson, São Luis (Missouri), um policial branco assassinou com 06 disparos o afro-americano Michael Brown, de 18 anos, enquanto tinha as mãos em alto. O fato, que não é uma novidade nos Estados Unidos, desencadeou enormes mobilizações de repúdio no país todo. Num contexto de crescente desigualdade e irritação social, novamente se mostra o racismo e também a enorme indignação social que está crescendo (e não só entre os negros).



As mãos levantadas foram símbolo dos protestos.

A cada ano, centenas de afro-americanos e “latinos” (migrantes ou filhos de mexicanos e outros latino-americanos) são assassinados pela polícia nos Estados Unidos. Quase todos os assassinatos ficam impunes. Quando os processos chegam à justiça, os juízes sempre aceitam como válido o relato da polícia, mesmo sendo totalmente absurdo. Mas não se trata só de assassinatos, pois três de cada quatro homens negros, segundo as estatísticas, irão alguma vez parar no cárcere (sete vezes mais probabilidade do que um branco).

No caso de Brown, que estava desarmado quando foi morto, o policial branco Darren Wilson disse que o jovem atacou-o (o policial estava na viatura) para lhe tirar sua arma. Mais de um mês depois o policial assassino não foi preso e sequer foi acusado. E ganhou uma licença com manutenção do seu salário!

Ferguson é um bairro pobre de São Luis, com 21.000 habitantes de maioria

negra. A zona foi militarizada contra os protestos. A polícia soltou cães contra os manifestantes, lançaram gases lacrimogêneos, atiraram com balas de borracha, botaram no cárcere a jornalistas e proibiram voar em helicópteros para que a mídia não consiga filmar a repressão. O chefe de redação do The Washington Post, Marty Baron, descreve a situação de “violação totalmente injustificada da liberdade de imprensa”. Os manifestantes saíram às ruas com cartazes que diziam “Sou um homem” e “Sou uma mulher”, como aqueles que mostravam os trabalhadores negros no Memphis de 1968.

Em Dallas, a 1000 km de Ferguson, uma das manifestações foi encabeçada por 30 homens e mulheres negros armados com fuzis, de cara descoberta. Disseram à imprensa que era para defender os manifestantes da polícia.

“Há milhares de Ferguson”

A brutalidade policial tende a se

agravar. Nos últimos anos a polícia foi militarizada, dotada de carros blindados, metralhadoras, aviões e helicópteros de guerra pelo Pentágono, com o argumento da “luta antiterrorista”.

“Emily Woo Yamasaki, uma ativista do Partido da Liberdade Socialista (Freedom Socialist Party, FSP) em Harlem, disse que o departamento de polícia de Nova Iorque fez buscas e apreensões em múltiplos projetos de moradia e que a prisão em massa que ocorreu este passado junho em Harlem foi realizado como uma invasão militar, aterrorizando e maltratando os residentes de todas as idades” (declaração do FSP).

“Existem milhares de Ferguson nos Estados Unidos”, garante Ray Lewis, um ex-policial branco retirado há oito anos. “Todo o sistema está corrompido (...). Os negros sabem bem disso, porque são suas vítimas durante toda sua vida”, explica este homem branco que trabalhou durante 24 anos na Polícia de Filadélfia. Mili-

Sobrevivente do holocausto nazista é detida por ser solidária

Hedy Epstein, judia de 90 anos, sobrevivente do holocausto nazista e veterana ativista pelos direitos palestinos, foi detida pela polícia de São Luis enquanto se manifestava. Ela declarou à imprensa: “É o mesmo tipo de violência

que tenho observado quando estava na Palestina ocupada por Israel”. Por sua vez, organizações palestinas de Gaza e a Cisjordânia firmaram uma declaração de solidariedade com os manifestantes de Ferguson.



tante comprometido -se manifestou fardado em Nova Iorque no Occupy Wall Street, em 2011- chegou a esta baixada de Saint Louis para denunciar a militarização do equipamento policial e a privatização dos cárceres (citado por El País, Montevideú).

Obama e os sonhos rompidos de Marthin Luther King

Manter na opressão, discriminação e desocupação os negros e “marrons” (latinos) tem uma funcionalidade para o capital. Dessa forma dividem os trabalhadores, baixam os salários de todos, também dos brancos, e jogam a culpa da crise capitalista nos negros e latinos (que, segundo dizem os

brancos: “nos tiram o emprego”, “nos roubam”...).

Em 04 de abril de 1968 foi assassinado Marthin Luther King, a grande líder pacifista negro. Cinco anos antes de seu assassinato, em 1963, pronunciou o famoso discurso “Eu tenho um sonho”, no qual dizia que sonhava com o dia em que nos Estados Unidos haveria liberdade, justiça e igualdade racial, onde negros e brancos viveriam como irmãos. Desde então, um formidável movimento de massas dos afro-americanos conquistou direitos, mudaram muitas leis e agora até têm um presidente afro-americano, Obama. Porém, revelou-se que o racismo e a opressão racial se derivam diretamente do capitalismo. Inclusive

com um presidente negro, os policiais brancos seguem matando negros e Obama chama à “paz”, enquanto dá armas para a polícia continuar matando negros. O resultado da enorme luta dos negros por direitos civis ficou reduzido hoje a uma pequena elite negra que ascendeu cooptada pelo sistema (Obama é o seu melhor representante), mas a maioria dos afro-americanos está igual ou pior que há 50 anos. O sonho do pacifista Marthin Luther King não conseguirá ser cumprido num país capitalista, imperialista e a cada dia mais militarizado. Como já o destacara Malcolm X, o outro grande líder negro que também morreu assassinado, “Não é possível ter capitalismo sem racismo”. □

Três de cada quatro jovens negros serão presos

A jurista Michele Alexander no seu livro “The New Jim Crow” (“O novo Jim Crow”) apresenta a denúncia mais documentada de como o maior sistema prisional do mundo —nenhum país supera os EUA na taxa de encarceramento— discrimina os negros até o ponto de criar uma nova forma de segregação racial. “Os Estados Unidos”, escreve Alexander, “encarcera uma porcentagem maior de sua população negra que a África do Sul no seu momento mais intenso da apartheid. Em Washington D. C., a capital de nossa nação, se estima que três de cada quatro jovens negros (além de quase todos os que moram nos bairros pobres) passaram algum tempo na prisão. Taxas de encarceramento semelhantes podem ser encontradas em outras comunidades negras da América”. Estes homens vão viver afastados da sociedade e terão limitados os seus direitos, inclusive quando já tenham saído da prisão, segundo Alexander (El País, 24 de agosto 2014).

A crise social

A grande recessão, crise capitalista que se estendeu entre 2007 e 2009, atingiu com particular severidade as minorias. A taxa de pobreza entre os negros é de 28,1%; a de brancos é de 12%; a taxa de desemprego é de 11,4% para os negros e de 5,3% para os brancos (El País, Madrid, 24 de agosto 2014).

É preciso considerar que as taxas de desocupação são enganosas nos Estados Unidos, porque medem os que nunca trabalham sequer uma vez por semana. E na estatística tampouco se toma em conta os que não procuram trabalho (muitos porque consideram que nunca o encontrarão), que são milhões.

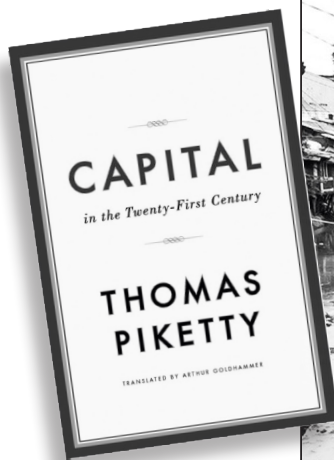
Embora, oficialmente, o país

tenha saído da recessão e tenha diminuído a taxa de desemprego, Tyler Cowen, economista da Universidade de George Mason e autor de “Average is over” (Adeus à média do ingresso), destaca que os empregos que têm sido criados são precários e mal pagos. “60% dos empregos perdidos durante a recessão era de salários médios. Desde o fim da recessão, 73% dos empregos que têm sido criados é de salários baixos, definidos como aqueles de US\$13,52 ou menos por hora”, indica Cowen. Isso, pelo custo de vida nos Estados Unidos, significa miséria. Quer dizer, um gigantesco aumento da exploração dos trabalhadores e da miséria é o saldo da suposta “saída” da crise.

Thomas Piketty e “O Capital no Século XXI”

O “novo Marx”?

▲ José Castillo ▼



No capitalismo crescem os ricos e a miséria.

Com muitas estatísticas, o autor demonstra os ferozes acréscimos de concentração da riqueza e aumento da desigualdade. Confirma assim que o capitalismo não pode oferecer nada, senão mais miséria e desagregação social. No entanto, as conclusões de Piketty estão muito longe de servir à luta da classe trabalhadora.

A crise econômica do capitalismo continua a todo vapor, e como uma consequência lateral, “ficam na moda” certos autores que produzem best-sellers falando diretamente dela (esse é o caso do livro de Paul Krugman “Acabemos já com esta crise”) ou referindo-se a suas consequências, como Piketty com a desigualdade da riqueza. Não é um fenômeno novo:

no começo deste século, em meio às rebeliões de 2001, havia aparecido Naomi Klein com seu recorde de vendas “Sem Logo”.

A crise aguda aberta em 2007, as lutas que a sucederam (Primavera Árabe, Occupy Wall Street, Movimento dos Indignados, greves gerais na Grécia e no resto da Europa, lutas na América Latina e Turquia, etc) geraram um “público ávido”, dezenas de milhares de jovens e trabalhadores que se perguntavam o que havia passado e qual era a saída. Não foi casual que, nestes anos aumentaram astronômicamente as vendas de O Capital de Karl Marx.

Esse é o marco no qual aparece, no início de 2014, o livro de Thomas Piketty, “O Capital no século XXI”, que rapidamente se coloca no topo da lista de vendas do New York Times e da Amazon. Le Monde chega a dizer “a investigação que está revolucionando o debate economi-

co mundial”. É citado pelos meios de comunicação do establishment econômico (os diários Wall Street Journal e Financial Times dedicam a ele críticas furiosas e tratam, sem êxito, de refutar suas estatísticas). Se fala dele no FMI e no Banco Mundial. Haverá quem chame Piketty de “o novo Marx”. Porém Piketty não é marxista, nem sequer é alguém claramente de esquerda: é um social democrata francês vinculado aos setores mais liberais do partido do atual presidente Hollande.

Do que trata o livro?

Deixemos que fale o próprio Piketty na introdução de seu livro:

“A distribuição da riqueza é uma das questões mais controversas e debatidas da atualidade. Porém, o que se sabe da sua evolução ao longo do tempo? Por acaso a dinâmica da acumulação do capital privado conduz

inevitavelmente a uma concentração cada vez maior da riqueza e do poder em poucas mãos, como acreditou Marx no século XIX? Ou então, por acaso as forças que põe em equilíbrio o desenvolvimento, a concorrência e o progresso técnico levam espontaneamente a uma redução das desigualdades e a uma harmoniosa estabilização nas fases avançadas do desenvolvimento, como pensou Kuznets no século XX?”

Reconheçamos que a pergunta é certamente a central. “Traduzamo-la”: teve razão Marx ao dizer que o capitalismo somente podia oferecer miséria, mais exploração e degradação? Ou se equivocou, e o capitalismo, a longo prazo, é capaz de gerar mais bem estar para todos, como afirmavam os economistas apologistas do sistema?

Piketty dá razão a Marx com uma impressionante investigação empírica. Isto é o mais impactante: em que pese ser um economista não marxista, seu estudo o leva a reconhecer que o capitalismo gera mais miséria e desigualdade em meio a uma das crises mais graves da história. A maior parte de suas quase 700 páginas está dedicada a demonstrar que, salvo em período excepcional em meados do século XX, ao longo de dois séculos a desigualdade aumentou substancialmente. Um dado estarrecedor é que, a partir dos anos 70 do século XX, a dinâmica vai levando a que as diferenças entre as classes sociais se pareçam cada vez mais às dos momentos mais sórdidos da exploração capitalista do século XIX.

Os exemplos abundam: nos Estados Unidos, entre 1977 e 2007, os 10% mais ricos do país passaram de apropriar-se de 30-35% do total da riqueza para 45-50%. A disparidade de remunerações entre os trabalhadores médios e os diretores e executivos era de aproximadamente 30 para 1 em 1970, hoje se encontra acima de

Quem é Thomas Piketty?



Thomas Piketty (nascido em 1971) é um economista francês, professor da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) e diretor da Paris School of Economics (que ele mesmo ajudou a criar em 2006). Especialista em desigualdades na riqueza e distribuição de renda, em 2003 foi membro do Conselho Diretivo do Centro de Investigação “A gauche, na Europa”, junto com Michel Rocard e Dominique Strauss-Kahn, da ala mais à direita do Partido Socialista Francês. Piketty trabalhou para a candidatura presidencial de Strauss-Kahn, que fracassou após o escândalo sexual que levou o então Diretor Geral do FMI a retirar-se. A partir desse momen-

to, Piketty foi assessor econômico de Ségolène Royal, pré-candidata à Presidência da França pelo Partido Socialista, que finalmente terminaria derrotada por Michel Hollande. No entanto, em março de 2012, assinou junto a outros 42 intelectuais, seu apoio à candidatura presidencial de Michel Hollande. Atualmente é colunista no *Libération*, onde continua apoiando as atuais políticas do Partido Socialista Francês no governo, inclusive os seus atuais planos de maior ajuste “pró-mercado”.

Original em francês, *Le Capital au XXI e siècle*, Editions du Seuil, Março de 2014.

300 para 1 (e em alguns casos, como MacDonaldis, chega a 1200 para 1). Em 2013, os 25 gestores de fundos de investimento melhor remunerados ganharam 21 bilhões de dólares, ou seja, duas vezes a renda acumulada de 150.000 professores de pré-escola nos Estados Unidos. O livro está repleto de dados que demonstram como a classe trabalhadora “perde” e as desigualdades aumentam.

Qual é a saída?

Os dados empíricos de Piketty são irrefutáveis. Se trata, sem dúvidas, de um material de muitíssima

utilidade para ilustrar as ferozes consequências do capitalismo imperialista em geral e da crise atual em particular. Porém Piketty está longe, muito longe, de ser “o Marx do século XXI”. Suas análises teóricas são débeis, não escapam à teoria econômica convencional e não ajudam a compreender a origem da atual crise capitalista (ver “Uma crítica desde a teoria econômica marxista”)

Nós não temos acordo com a saída que propõe. Segundo Piketty, a solução estaria em colocar um imposto de 80% às rendas superiores a um milhão de dólares anuais. Se trata do velho programa de “humanizar

o capital” ou dar a ele “um rosto humano”. Uma medida mínima, que não resolveria o problema: por acaso baixando o dinheiro que eles nos levam por ano, os capitalistas deixariam de super explorar os trabalhadores? Por acaso pararia o saque e a depredação dos recursos naturais pelas grandes transnacionais? Desapareceria o roubo gerado pelas bolhas especulativas, que geram quedas bruscas como o de 2007, com centenas de milhões de trabalhadores prejudicados? Terminariam os problemas da dívida externa? Nada disso: faz quase 20 anos, um velho economista também havia proposto resolver as crises com saídas “impositivas”. A isso se chamou “taxa

Tobin”, em homenagem ao seu autor.

Estas “propostas de impostos especiais”, além de não resolver nada de fundo, tem um problema prévio: Quem as vai aplicar? Piketty tem uma resposta para isso: se trata de “convencer” aos governantes dos países imperialistas. Não à toa, ele se reuniu até com Obama. Está claro que isso não se trata de uma possibilidade e portanto é utópico e irreal.

Os socialistas revolucionários estamos convencidos que este sistema capitalista imperialista somente oferece mais miséria e exploração. Além disso, tendencialmente, seguirá aumentando as desigualdades entre patrões e trabalhadores, enquanto expulsa para a marginalidade mil-

hões de pessoas. São bem-vindos os dados técnicos de Piketty se nos servem para reforçar estatisticamente nossos argumentos. Porém, asseguramos com firmeza que a única saída passa pela própria luta e mobilização das classes trabalhadoras de todo o mundo, de seus povos explorados, de seus setores oprimidos. Eles (e não Obama, a União Europeia, o Papa ou os organismos técnicos internacionais) são os únicos que podem impor outra saída, outro futuro para a humanidade: o de governos da classe operária que, expropriando o capital e terminando com a exploração, comecem a construir um novo mundo socialista. Com isso estamos comprometidos. □

Uma crítica desde a teoria econômica marxista

A “justificativa teórica” de Piketty acerca da tendência histórica ao aumento da desigualdade é débil, e não escapa dos canhões dos economistas burgueses.

Para Piketty, tudo poderia se explicar a partir de um par de equações que, simplificada, afirmam que a taxa de benefício (ou lucro) é sistematicamente superior à taxa de crescimento das economias. Desta forma, “o capital” se apropriaria de porções maiores do produto ano a ano. Dizemos “o capital”, porque para o autor, seguindo os parâmetros da ortodoxia econômica, se trata de fatores da produção (leia-se máquinas, fábricas, inclusive terra) que assim, de forma despersonalizada obtém “benefícios” ou “lucros” com base em sua produtividade. Para Piketty, não existem os trabalhadores, senão o “fator de produção trabalho” que, com base em sua produtividade, recebe um salário de acordo com a mesma. Para o autor de “O Capital no século XXI”, nada há que criticar nas utópicas harmonias que justificam e embelezam o capitalismo desenhadas pela teoria econômica burguesa, onde cada um

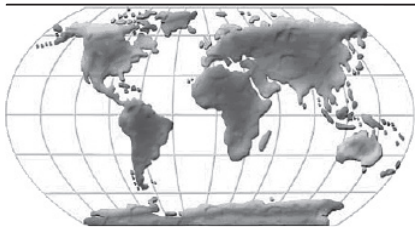
receberia “o que lhe corresponde” em função de quanto aporta em termos de produtividade. O problema seria exclusivamente a intromissão de problemas políticos ou institucionais que distorcem essa harmonia. E que poderiam ser resolvidos, como ele propõe, com as medidas impositivas adequadas.

Piketty não é o “Marx do século XXI”. O verdadeiro Marx, já no século XIX, havia qualificado os economistas que utilizavam essas categorias de “vulgares” e “meros apologistas do capitalismo”. Porém, pôs as coisas em seu lugar, ao explicar a economia a partir das classes sociais, onde os operários, em troca de um salário que garante sua mera reprodução, são explorados pelos capitalistas, proprietários dos meios de produção que se apropriam da mais-valia — parte da jornada de trabalho não paga aos trabalhadores. Essa mais-valia posteriormente, assume a forma de lucro, renda ou juros, e inclusive pode ser “redistribuída” entre distintas frações da classe proprietária. Aqui está, para Marx, a chave para explicar o aumento da desigualdade social: a exploração da

classe operária pelos patrões. Na luta de classes, e em particular na busca de super exploração dos trabalhadores e na resistência destes, se encontra a dinâmica que pode fazer crescer ou diminuir essa brecha. Tudo em uma batalha desigual, onde os capitalistas, proprietários dos meios de produção, seguirão ganhando enquanto não sejam expropriados.

O texto de Piketty observa e documenta o aumento da polarização social e as diferenças de riqueza entre as classes nos últimos quarenta anos, porém não acerta em detectar sua origem: a feroz marcha de uma contra revolução econômica contra os trabalhadores, com a qual o capitalismo imperialista trata de sair de sua crise por meio de aumentar qualitativamente a super exploração da classe trabalhadora e o saque dos países semicolônias. E, muito menos, a dinâmica contraditória da resistência das classes trabalhadoras e dos povos para evitar que os capitalistas descarreguem o peso da crise sobre suas costas.

J.C.



China/Hong Kong

Greve estudantil e manifestações de milhares por eleições livres

En la última semana de setiembre milNa última semana de setembro, milhares de manifestantes saíram às ruas em Hong Kong para repudiar a ditadura chinesa e reivindicando eleições livres na ilha. Os estudantes universitários de Hong Kong deram o primeiro passo saindo em greve em sinal de protesto contra a decisão do Partido Comunista Chinês (PCC), adotada no final de agosto, pela qual nega ao povo de Hong Kong o direito pleno ao sufrágio universal e impõe que os candidatos a chefe do executivo sejam aprovados previamente por um comitê de seleção de 1.200 pessoas. Um deles explica como inclusive depois do fim do regime colonial britânico em 1997, o sistema político de Hong Kong é uma cópia do sistema colonial e segue estando a serviço dos oligarcas

Os estudantes boicotam as aulas em um total de 26 centros de ensino superior de Hong Kong. Em uma concentração convocada pela Federação de Estudantes de Hong Kong, milhares de estudantes levavam cartazes com consignas como “Autodeterminação para Hong Kong”, “Contra a colonização e a seleção dos de cima”, “Se não levantamos a voz e expressamos nossa ira, nos eliminarão em silêncio” e “Um governo representativo não basta, também temos que proteger o sustento do povo”.

Os alunos secundaristas se preparavam para unir-se a eles, fiéis à consigna de “boicote às aulas, não ao estudo”. No dia 29/9 a polícia de Hong Kong reprimiu com gases lacrimogêneos e gás de pimenta os manifestantes que mantinham os protestos. Porém finalmente o governo recuou e retirou a polícia. O sindicato dos docentes anunciou uma paralisação geral para unir-se



Milhares nas ruas de Hong Kong desafiavam à ditadura do Partido Comunista.

aos protestos do “Occupy Central” – o movimento que busca bloquear o distrito financeiro– e os estudantes anunciaram que continuaram os protestos. No fechamento desta edição, milhares de manifestantes seguiam concentrados se preparando para resistir às ordens de despejo. E exigiam também a renúncia do governador.

África

Ebola: por que as pessoas morrem sem remédio?

O ebola foi detectado na África há quase 30 anos e recém agora aparece nos noticiários. O mundo se aterroriza quando fica sabendo que é uma epidemia que, até agora, não tem um remédio para combatê-la. Como pode acontecer isto?

Simplesmente porque até agora não havia sido uma doença que pudesse chegar aos países imperialistas. Até agora era uma “doença de pobres” africanos. Por isso nenhum laboratório ianque ou europeu investigou nada. Não lhes prometia grandes lucros. O mesmo se passou faz mais de três décadas com a aids. Enquanto foi uma doença “africana”, ninguém se preocupou. Porém quando chegou aos Estados Unidos e Europa, tudo mudou. Mas foi tarde para centenas de milhares que morreram sem remédio. Hoje a aids é controlável e a taxa de mortalidade é baixa.

A epidemia do ebola, o vírus que já matou 3.000 pessoas na África, ameaça expandir-se pelo mundo. Calcula-se que, se a doença segue se propagando como até agora, em janeiro poderia

haver entre meio milhão e 1,4 milhões de infectados. Ao menos a metade deles morreria sem remédio.

O jornalista argentino Gustavo Sierra, faz uma denúncia terrível sobre a imprevisão sobre o ebola: “Há um inconveniente ainda maior. A única medicina que provou ser efetiva até o momento para conter o vírus é um suplemento denominado Zmapp que foi desenvolvido no Texas por um pequeno laboratório farmacêutico com apenas nove empregados e que depende de uma nova colheita, em março, de umas particulares plantas de tabaco para elaborar novas doses. Os grandes laboratórios nunca estiveram interessados até agora em desenvolver uma vacina que não lhes daria muitos lucros”

Isto se completa com a declaração da diretora da OMS (Organização Mundial de Saúde) a qual anunciou que para o final do ano haveria vacinas que estão sendo estudadas pelas companhias Glaxo Smith Kline (GSK) e New Line Genetic, somente para os médicos e os contatos dos enfermos, nada massivo para a população. (Dados *Clarín*, Argentina, 28/9/2014). Ou seja, a situação seguirá sendo grave.

Alemanha

Greve dos ferroviários

O serviço de trens paralisou na Alemanha, nos primeiros dias de setembro, por uma greve preventiva dos maquinistas e do pessoal do consórcio Deutsche Bahn (Trens Alemães).

As paralisações afetaram durante três horas viajantes e usuários desses serviços, que são muito requeridos porque Alemanha é, junto com

Suíça, o país mais descentralizado de Europa.

Muita gente viaja todos os dias a outra cidade para trabalhar. A população alemã está muito espalhada em todo território nacional.

O sindicato dos maquinistas rechaçou a oferta da empresa Trens Alemães. Os passageiros e usuários podem receber de volta o dinheiro que haviam pago pelos seus bilhetes, porém nada pode impedir atrasos de várias horas.

Largas filas se formaram frente aos balcões de informação do Deutsche Bahn no país para perguntar por alternativas para se locomover.

O dirigente do sindicato GDL, Claus Weselsky, declarou na Central de Trens de Berlim no início da greve que haveria entre uma e duas novas greves preventivas se a empresa não apresenta uma oferta aceitável.

Espanha

Grande triunfo do direito ao aborto livre e gratuito na Espanha

O presidente do governo do Partido Popular (PP), Mariano Rajoy, anunciou no dia 16 de setembro a retirada de seu ultra reacionário “anteprojeto de Lei Orgânica de Proteção do Concebido e dos Direitos da Grávida”. Apesar das enormes pressões da Igreja Católica e da ultra direita do PP, não pode lograr o consenso necessário dentro de seu próprio partido.

Redigida pelo Ministro da Justiça Ruiz Gallardón, Rajoy pôs em marcha no ano passado uma reacionária contra reforma contrária à lei aprovada em 2010, impulsionada pelo PSOE. Essa lei, que contou com um amplo apoio popular, punha a Espanha na vanguarda de outros países europeus ao dar o direito amplo e livre até a décima quarta semana para que a mulher grávida pudesse dispor de um aborto legal, gratuito e nas instituições públicas, sem nenhum tipo de requerimento. Se incluía as menores de 16 anos, com o único requisito de informar aos pais (sem necessidade de seu consentimento).

Em 2014, centenas de milhares de mulheres e homens se mobilizaram em todo país para defender a lei de 2010. Também houve uma multitudinária mobilização da direita católica para apoiar o projeto reacionário de supressão do direito ao aborto, tão retrógrada que inclusive o proibia em caso de má formação ou inviabilidade do feto. Em dezembro de 2013 o aprovou o Conselho de Ministros.

No marco do descontentamento social que sacode a Espanha pela crise econômica que não se resolve, o governo do PP não teve força suficiente para cumprir com o mandato da igreja e da direita e teve que retroceder quase por completo. Rajoy disse: “Acredito que tomei a decisão mais sensata” e retirou o projeto. Somente pretenderá reformar a atual normativa, vigente desde 2010, para



assegurar que as menores de 16 e 17 anos necessitem o consentimento paterno para interromper sua gravidez. O autor do projeto, o ministro Gallardón, que havia qualificado como o mais importante de sua carreira, teve que renunciar ao seu cargo.

Equador

Marcha de sindicatos e indígenas contra o plano de Correa

Uma importante marcha de sindicatos, centros estudantis e agrupações indígenas no centro de Quito, mostrou que a relação entre o presidente equatoriano Rafael Co-

rrrea e os setores populares que até agora o haviam apoiado começou a desgastar-se.

A marcha foi liderada pela Frente Unitária de Trabalhadores (FUT), a maior central operária do Equador, e teve como objetivo rechaçar várias reformas trabalhistas impulsionadas pelo governo.

Correa acusou os organizadores de desestabilizadores e de responder aos interesses da direita. Para abafar o protesto, convocou na mesma hora e no mesmo lugar uma marcha oficial para respaldar sua gestão.

Este é o primeiro ato no qual participaram de forma conjunta sindicatos, indígenas, médicos e estudantes. O que os uniu foi uma série de polêmicos projetos oficiais, especialmente o novo Código do Trabalho que elimina uma série de direitos trabalhistas, incluindo cortes ao direito de greve e

a organização sindical. Entre estas iniciativas de Correa se inclui a reeleição indefinida de autoridades, o que permitiria ao presidente seguir no poder depois de 2017, quando termina seu mandato.

“No rascunho do Código Orgânico de Trabalho não está garantida

a estabilidade laboral, nem o direito à greve, e a mensagem que queremos enviar é que queremos estabilidade e respeito dos direitos trabalhistas”, disse José Villavicencio, presidente da União Nacional de Trabalhadores (UNT).

A marcha percorreu vários setores do centro de Quito, e distintas colunas foram se somando à medida que os manifestantes avançavam. O protesto, que aconteceu também em outras cidades, também agregou indígenas que rechaçam uma lei que lhes retirou o controle da água em seus territórios; a trabalhadoras de telefônicas estrangeiras a quem o governo vai cortar direitos em benefício do Estado, e a estudantes que se opõe a alta das passagens de transporte. (Dados do Clarín, Argentina, 18/9/2014)

Um congresso de unificação vitorioso

Durante os dias 31 de julho e 1, 2 e 3 de agosto foi realizado em Buenos Aires o Congresso de Unificação da UIT-QI (Unidade Internacional dos Trabalhadores - Quarta Internacional). Após vários anos de divisões conseguimos dar um passo e unificar os revolucionários. A unidade com os companheiros de Luta Internacionalista do Estado Espanhol, do Partido da Democracia Operária da Turquia e do POS de México (Partido Operário Socialista) faz que surja uma nova UIT-QI, mais fortalecida, para apoiar as lutas do mundo e

Estiveram representados 14 países da América Latina, Europa, Estados Unidos e Austrália. Foi discutida uma extensa pauta sobre a situação mundial, a resistência palestina, a revolução síria, Europa, Venezuela, Argentina e as tarefas e campanhas a serem desenvolvidas no próximo período.

O Congresso transcorreu com o reencontro de antigos e novos companheiros que seguem o legado que Nahuel Moreno nos deixou. As intervenções e debates foram traduzidos em diferentes idiomas: turco, inglês, alemão, português e espanhol. A equipe de tradutores cumpriu um importante papel de apoio. Cabe destacar que grande parte dos delegados participava pela primeira vez de um congresso onde o centro dos debates foi a unidade e não as divisões e lutas fracionais.

É muito importante ter alcançado esta unidade, depois de anos de isolamento e de crise de nossa corrente morenista, assim como de todo o movimento trotskista. É possível vislumbrar uma perspectiva diferente.



Sabemos que ainda é um passo pequeno. Rejeitamos qualquer manifestação de autopromoção e sectarismo. Sabemos que ainda estamos longe da reconstrução da Quarta Internacional fundada por Leon Trotsky em 1938. Mas os passos desta unificação perseguem o objetivo estratégico de procurar essa reconstrução. Somos conscientes que será necessário o avanço na construção dos partidos revolucionários em cada país e de novas unificações com outros grupos e correntes revolucionárias. E estamos empenhados nesta tarefa.

Neste sentido, colaboramos com nossa própria experiência. Nossa unidade se baseou num acordo político principista. Em primeiro lugar, ao redor dos fatos mais destacados da luta de classes, a exemplo da revolução do Norte da África e do Oriente Médio, que se iniciou na Tunísia em 2011, se desenvolveu no apoio à revolução síria – contra o ditador Al Assad – e ao povo palestino. Em segundo lugar, enfrentando a falsa concepção do “Socialismo do Século XXI” que encabeça a corrente chavista com seu duplo discurso, para na realidade governar contra o povo trabalhador.

Esses acordos centrais não são menores. Lamentavelmente não conseguimos avançar com outras correntes que se reivindicam socia -

listas revolucionárias. Avançamos na unidade com um método de trabalho e um relacionamento fraternal. Colocamos como prioridade a discussão dos pontos principais da luta de classe do mundo e discutimos como intervir. Desta forma debatemos acordos e diferenças. Não temos todos os problemas resolvidos, mas confiamos que unificados poderemos responder em melhores condições aos novos desafios da realidade.

A UIT-QI sai fortalecida do congresso de unificação. Todos nossos partidos e grupos se comprometem a cumprir com os objetivos centrais que votou o congresso. A primeira tarefa de cada uma das seções é intervir na realidade de seus países para impulsionar as lutas operárias, populares e construir o partido revolucionário. O congresso se realizou no momento em que acontecem grandes mobilizações e ações de solidariedade com o povo palestino, e também importantes lutas operárias, populares e da juventude no mundo. Em todas elas os trabalhadores e a juventude reivindicam novas alternativas políticas e sindicais contra os governos capitalistas e a burocracia sindical de todo tipo.

A tarefa central da UIT-QI é contribuir para superar a ausência de direção revolucionária. ■

MÉXICO

Justiça para Ayotzinapa

Milhares protestam na Cidade do México por Justiça para Ayotzinapa



Solidariedade internacional

Em Buenos Aires, Argentina, estudantes universitários se manifestam por Ayotzinapa nos marcos do dia de Ação Global por Ayotzinapa. As ações de solidariedade se espalharam por diversos países do mundo.